



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 35 - Nº 691 - DE 18 DE JUNHO A 1 DE JULHO DE 2023 - R\$ 5,00

Desfechada a contraofensiva das Forças Armadas da Ucrânia

Estados Unidos e sua aliança europeia reforçam a OTAN, impulsionam a escalada militar na região e prologam a guerra

Abaixo a farsa da bandeira de paz levantada pelo governo de Zelensky, títere das potências imperialistas!

Pelo fim da guerra sem a imposição do imperialismo, por uma paz sem anexação!

Organizar uma frente única de oposição revolucionária ao governo Lula

Combater a política de conciliação de classes da burocracia sindical, com o programa e métodos próprios de luta do proletariado



34 anos
da fundação do
Partido Operário
Revolucionário

1989
2023

Nossa tarefa é a da revolução proletária, superação da crise mundial de direção e reconstrução da IV Internacional

Desfechada a contraofensiva da Ucrânia Não à farsa da paz pró-imperialista!

A anunciada contraofensiva se iniciou no início da segunda semana de junho. É esperada uma nova fase da guerra. A retomada do território ocupado na região de Donbass pelas forças ucranianas será considerada uma vitória, que dificultará a continuidade da ofensiva russa. Zelensky conta para isso com os armamentos mais sofisticados e poderosos recebidos ultimamente, como bateria de mísseis Patriot, sistema de mísseis Himars, mísseis terra-ar Hawk e Nasams, bem como tanques de guerra Leopard e M1 Abrams.

Na cúpula do G7, foi anunciada a liberação de entrega do caça F-16 e o treinamento de soldados ucranianos em bases europeias da OTAN. Outros modelos de caça já estão operando na guerra. Esse aparato bélico, cada vez mais potente, tem garantido a resistência das Forças Armadas da Ucrânia e o prolongamento da guerra que logo completará o 16º mês.

Uma vez que ficou claro a Putin que não era possível impor uma rápida derrota à Ucrânia e que os Estados Unidos e aliados impulsionariam a escalada militar, não importando o preço que pagaria o povo ucraniano, não houve alternativa senão garantir a ocupação da região de Donbass e promover a sua anexação. Com a Crimeia anexada em 2014, a Rússia terá uma fronteira avançada e uma melhor posição geoestratégica, caso a guerra conclua de acordo como tal objetivo.

Os Estados Unidos e a União Europeia necessitam incorporar a Ucrânia de forma que possam avançar em seus interesses econômicos sobre a região outrora controlada pela ex-URSS e em um patamar militar mais elevado diante da resistência da Rússia, que emergiu do processo de restauração capitalista. Se a Ucrânia concluir sua incorporação à União Europeia, o que resultaria em uma anexação, embora sob a máscara do direito da autodeterminação, o imperialismo passará a ter melhores condições para impor à Rússia suas condições de existência na órbita do capitalismo mundial.

O regime restaurador do capitalismo que erigiu na Rússia, mantido por uma ditadura bonapartista, como a de Putin, está obrigado a exercer o domínio econômico na região em que se mantinha a maior conquista revolucionária do proletariado mundial, ou seja, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Em última instância, a derrocada da URSS em 1991 foi obra do imperialismo, graças à burocratização estalinista do regime soviético, degeneração completa do Partido Comunista estalinizado e liquidação da mais avançada organização dos explorados, que foi a III Internacional.

As forças econômicas e militares envolvidas na guerra de dominação não veem qualquer necessidade de fazer referência a essa questão de fundo. Isso porque ela é decisiva somente para o proletariado. Diante das enormes dificuldades de vencer a guerra e impor suas condições de paz, Putin mostra que tudo fez para encontrar soluções pacíficas aos conflitos que se abriram com a Ucrânia, que escapava da órbita russa e passava para a do imperialismo norte-americano e europeu.

Nesse preciso momento, acossado pela escalada militar e pela contraofensiva da Ucrânia, Putin responde a uma entrevista: “(...) nós oferecemos todas as opções para

nossos parceiros ocidentais (...), pensávamos que éramos um deles, queríamos estar na família das chamadas nações civilizadas. Entrei em contato com a OTAN sugerindo que investigássemos essa possibilidade, (...), eles nem se deram ao trabalho de considerá-lo. (...) Não deixamos pedra sobre pedra em nossos esforços e finalmente concordou que a OTAN não seria expandida (...). Todos querem quebrar gradualmente a Rússia em pedaços (...) A Ucrânia faz parte do esforço para desestabilizar a Rússia. Em geral, isso deveria ter sido levado em consideração quando foram tomadas as decisões sobre a fragmentação da União Soviética. Mas então, aparentemente, esperava-se que nossas relações profundas fossem decisivas. Mas devido a uma série de circunstâncias históricas, econômicas e políticas a situação levou a um caminho diferente. (...) Eles não querem o comunismo. Tudo bem, quem quer isso hoje? Eles estão jogando o fundador da Ucrânia – Lênin – de seu pedestal. OK, isso é com eles, mas eles estão colocando Bandeira lá em cima, e ele é um fascista”.

Tudo indica que, segundo sinais do início da contraofensiva, a Ucrânia dificilmente retomará o território ocupado pelas tropas russas e avançarão sobre a Crimeia. Mas, as informações são de que as forças mais decisivas ainda aguardam o momento para entrar em ação. O rompimento da represa de Nova Khakovka bem no início da contraofensiva causou especulação sobre quem seria o responsável, e denúncias de ambas as partes. O que é secundário, uma vez que nenhuma guerra pode garantir regras de boa conduta. É bom lembrar que os maiores desastres bélicos foram causados pelo imperialismo, o que ocorreu em Hiroshima e Nagasaki no fim da Segunda Guerra Mundial, é o exemplo mais patente.

Nesta fase da guerra – a da contraofensiva -, Zelensky levantou a bandeira da paz. Exortou o Brasil e os países do Sul Global, não alinhados com os Estados Unidos, a participarem de uma reunião que estaria sendo preparada. Está ficando cada vez mais claro para as massas, principalmente na Europa, que os Estados Unidos são os mais interessados em prolongar o máximo possível a guerra e exaurir a capacidade econômico-militar da Rússia. A “paz” aventada por Zelensky é a mesma que o bloco imperialista propagandeou na reunião do G7 e que Biden já havia acenado, que é de capitulação da Rússia. Agora, o governo da Ucrânia está usando a bandeira da paz, sob a orientação do imperialismo, para justificar a escalada militar. Haviam, anteriormente, rechaçado a proposição da China.

Para a classe operária e a maioria explorada, não somente da Ucrânia e da Rússia, mas de toda a Europa, já está mais do que visível o significado da continuidade ou do fim da guerra. O problema está em que não é possível uma paz democrática, justa e duradoura sob a égide do imperialismo. Somente a classe operária tem interesse no fim imediato da guerra, sem imposições das potências e no estabelecimento de uma paz sem anexação. É nesse terreno que os trabalhadores têm de se manifestar, orientados por uma posição de classe diante da guerra e com a estratégia revolucionária do proletariado.

Centrais sindicais se empenham em sustentar o governo burguês de Lula

Contra a política de conciliação de classes, combater por um programa e métodos próprios de luta do proletariado

As direções da CUT, Força Sindical e aliadas continuam promovendo atos, motivados pela exigência dos capitalistas da indústria para que o Banco Central reduza a taxa de juros, que se mantém em 13,75%. Arregimentam os diretores dos sindicatos e dos Comitês Sindicais de Empresas para essas manifestações, que se resumem a discursos inflamados de que os juros exorbitantes vêm provocando demissões e aumentando a miséria na família trabalhadora. Por vezes, escapa um palavreado de que os investimentos do governo Lula se acham bloqueados em função dessas altas taxas. Mas, para a burocracia sindical o fundamental é voltar-se à figura de Roberto Campos, presidente do Banco Central, tido como arrogante e que não quer receber os trabalhadores, referindo a eles próprios.

O Sindicato Metalúrgico do ABC, cutista, tem feito da Tribuna Metalúrgica, jornal diário distribuído nas fábricas, um porta-voz desse pleito dos empresários. Toda vez que as montadoras demitem, fecham fábricas, terceirizam parte da produção, impõem o layoff, dayoff e semana reduzida com corte de salários, os burocratas realizam assembleias para desresponsabilizar o patronato, jogando a culpa na intransigência de Roberto Campos e mostrando a boa vontade de Lula em se colocar pela queda dos juros.

Os sites da CUT e da Força Sindical prestam serviços a essa campanha dos empresários. Para justificar o baixo desempenho do setor industrial, as notas são carregadas do palavreado de que o Brasil precisa crescer para gerar mais empregos. E que a promessa de Lula de tirar o Brasil do mapa da fome e melhorar a qualidade de vida da maioria da população vem se esbarrando na política do Banco Central, tida como uma “teimosia”.

Como se vê, os burocratas sindicais estão de “corpo e alma”, como diz o ditado popular, levando para os operários e demais trabalhadores os interesses da classe burguesa. São correias de transmissão da política capitalista e do governo. Dizem que não há “justificativa técnica” para juros tão altos, pois a inflação é baixa. E concluem com as receitas dos capitalistas e dos governantes: é preciso dinamizar a economia, aumentar os investimentos das empresas e estimular o consumo da população.

É verdade que os juros altos favorecem o capital financeiro, que saqueia o Tesouro nacional, com o pagamento dos juros da dívida pública. Basta um exemplo: nesses cinco meses de 2023, o governo pagou R\$ 110 bilhões aos bancos. Não por acaso, quase 50% do orçamento do Estado é destinado aos credores da dívida pública. É verdade que os juros altos dificultam os negócios de setores capitalistas, a exemplo da construção civil, que dependem de financiamentos para uma camada da classe média. É também verdade que 70% da população se tornou inadimplentes. Mas, os burocratas sindicais escondem que boa parte desses inadimplentes está diretamente ligada à perda dos empregos, ao crescimento da informalidade, ao rebaixamento

salarial e fundamentalmente à manutenção do salário mínimo de fome.

Os burocratas ocultam que os juros altos estão vinculados, em grande medida, à gigantesca dívida pública. Não ousam retomar a antiga bandeira da CUT e do próprio PT, que era de investigar a dívida pública, por meio de uma auditoria e, assim, decidir o que deveria ser pago. Embora fosse uma bandeira ainda adaptada ao pagamento da dívida pública, tinha pelo menos a função de denunciar o enorme parasitismo do capital financeiro. Por outro lado, se valem da crítica ao presidente do Banco Central, que é bolsonarista, para desviar a atenção dos explorados que o desemprego, subemprego e informalidade são consequências próprios do capitalismo em decomposição. O governo Lula se sujeitou à decisão do governo Temer que impôs a autonomia do Banco Central. O Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, faz a política da boa vizinha para em algum momento contar com a redução dos juros. Assim, os burocratas servem a um governo completamente incapaz de enfrentar o capital financeiro.

“(…) as direções sindicais estão servindo aos interesses dos capitalistas e à sustentação do governo Lula, que é de frente ampla burguesa. Os acordos de demissão, terceirização, redução de jornada com redução de salários, suspensão de contratos (layoff) etc. têm sido a tábua de salvação para o patronato descarregar a crise econômica sobre as costas dos operários. A contenção dos descontentamentos dos trabalhadores, por sua vez, também tem sido essencial para a governabilidade de Lula.”

Dessa forma, com os pés e as mãos amarradas, as direções sindicais estão servindo aos interesses dos capitalistas e à sustentação do governo Lula, que é de frente ampla burguesa. Os acordos de demissão, terceirização, redução de jornada com redução de salários, suspensão de contratos (layoff) etc. têm sido a tábua de salvação para o patronato descarregar a crise econômica sobre as costas dos operários. A contenção dos descontentamentos dos trabalhadores, por sua vez, também tem sido essencial para a governabilidade de Lula. Para manter o pé nessas duas canoas, a única saída para os burocratas é reforçar a política de conciliação de classes.

Ao contrário, a independência política e organizativa dos sindicatos, diante dos capitalistas e do governo, está inteiramente voltada aos interesses gerais da classe operária e demais explorados. O que significa organizar a luta para impor um programa de reivindicações, aprovado em assembleias democráticas, para enfrentar os patrões e governantes, que descarregam o peso da crise mundial do capitalismo sobre a maioria explorada. Colocar os sindicatos a serviço da defesa dos empregos, salários e direitos. O que implica o combate à burocratização e à política traidora de conciliação de classes, levado a cabo pelas direções pró-capitalistas. São tarefas que só podem ser assumidas por uma vanguarda com consciência de

classe. Evidentemente, trata-se de uma situação extremamente difícil, porque a classe operária sofreu um profundo refluxo e se encontra sob o domínio dessa burocracia, que eliminou a democracia sindical das assembleias e dos congressos. O sindicato metalúrgico mais importante do país, que é o do ABC e vinculado à CUT, acabou já faz tempo com as eleições diretas para a constituição da direção do sindicato.

Nota-se, no entanto, que cresce o descontentamento dos trabalhadores, e a sua desconfiança perante a casta burocrática corrompida. A maioria explorada terá de passar pela experiência do governo Lula, que já mostrou sua função de capacho do grande capital. A defesa da propaganda e agitação

das reivindicações mais sentidas pelos explorados é o caminho por onde se combaterá a política de conciliação de classes e se manifestarão as tendências instintivas de revolta da classe operária. A construção de oposições sindicais classistas e a luta por penetrar as ideias revolucionárias no interior do proletariado são passos fundamentais para responder às necessidades da maioria. A tarefa de unir empregados e desempregados deve ser realizada sistematicamente. É questão de tempo para se reascender o instinto de luta do proletário, que é a classe capaz de levar às últimas consequências o combate pelo fim da propriedade privada dos meios de produção e pôr em pé a propriedade social, o comunismo.

Direção vendida da UBES aprova o Arcabouço Fiscal, pleiteando a retirada do Fundeb

O relator do projeto do Arcabouço Fiscal no senado, Omar Aziz, declarou no dia 15 que o Fundeb vai sair do Arcabouço, ou seja, vai sair do limite do novo teto de gastos criado pelo governo Lula. A decisão foi tomada em uma reunião entre Haddad, Omar, Pacheco (Presidente do Senado), Simone Tebet e outros. Aziz ainda disse que haverá uma audiência pública antes da votação, que deve acontecer na próxima quarta (21), mas que pedirão regime de urgência na aprovação do texto. Fica claro que a audiência pública é uma mera formalidade. Haddad está de acordo com a retirada do Fundeb, mas se preocupou com a demora na aprovação. O líder econômico do governo está disposto em não deixar o capital financeiro esperando muito tempo.

Retirar o Fundeb da nova regra, significa retirar o complemento dado pelo governo, que atualmente é de 17% do Fundo, do limite de gastos criado.

A UBES, dirigida pelo PCdoB e PT, que no passado criticou o Teto de Gastos de Temer, agora apoia o Arcabouço Fiscal de Lula. Apresentam a medida aos estudantes como bons serviços do próprio governo: “Vocês já ouviram falar do Arcabouço Fiscal? Ele é uma proposta do governo que visa criar um conjunto de normas e regras e estabelece limites de gastos para o Poder Executivo, visando controlar as despesas e garantir a estabilidade econômica do país.” Em seguida, passam a crítica da inclusão do Fundeb neste novo marco fiscal. Fica claro que a principal entidade do movimento secundarista não está contra o ajuste pró-

-capital, está apenas contra a inclusão do Fundo. Para a direção vendida da UBES, O problema surge quando o FUNDEB e os mínimos constitucionais da educação e da saúde são incluídos nesse arcabouço.

O movimento secundarista está diante de uma grande tarefa, superar sua direção traidora, governista e vendida aos interesses do capital. O discurso de defesa da educação, saúde etc. não passa de palavras vazias diante de sua prática. O Teto de gastos, como um mecanismo de garantia de superávit

(gastar menos do que se arrecada) e de manutenção do pagamento dos astronômicos valores da dívida pública, foi criado na ditadura civil de Temer, rompida no governo Bolsonaro, e retomada agora por Lula/Alckmin/Haddad. É uma medida com claro conteúdo de classe burgues, que não oferece nenhuma vantagem ou benefício aos trabalhadores, pelo contrário, desvia recursos aos cofres dos especuladores.

A tarefa do movimento social é combater o Arcabouço Fiscal como um todo, não buscar remendos. Trata-se de enfrentar medidas do governo

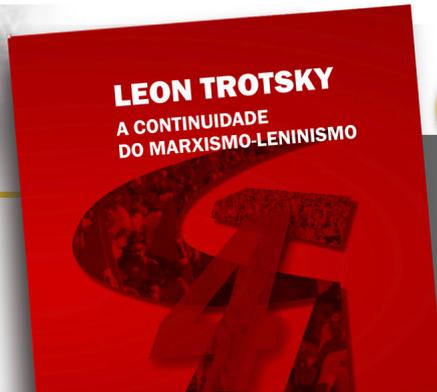
de conciliação de classes e de frente ampla que atingem os explorados e protegem os exploradores. Os secundaristas com consciência de classe devem rechaçar a política da direção da UBES e organizar as oposições classistas e revolucionárias. Devem dedicar-se à formação dos grêmios independentes, para levantar um movimento da juventude vinculado à classe operária.

Fica claro que a principal entidade do movimento secundarista não está contra o ajuste pró-capital, está apenas contra a inclusão do Fundo. Para a direção vendida da UBES, o problema surge quando o FUNDEB e os mínimos constitucionais da educação e da saúde são incluídos nesse arcabouço.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido Operário Revolucionário
**Membro do Comitê de Enlace
 pela Reconstrução da IV Internacional**
 (11)95446-2020 pormassas.org
 @massas.por -- anchor.fm/por-massas



DECLARAÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR)

Dia Nacional de Mobilização

Carta aos trabalhadores e à juventude

13 de junho de 2023

Este Dia Nacional de Mobilização, de 13 de junho, deve ser um primeiro passo na constituição de uma oposição revolucionária ao governo de Lula. Está colocada uma frente de luta em defesa de um programa próprio da classe operária, dos demais trabalhadores e da juventude oprimida. Está mais do que claro o conteúdo pró-capitalista da política de conciliação de classes que ampara o governo de Lula, do PT e da frente ampla burguesa.

As direções sindicais, em sua imensa maioria, renunciaram há muito à defesa das reivindicações dos explorados. Os burocratas vendidos jogam com o palavreado do fim da miséria e da fome. Fazem discurso sobre a necessidade de acabar com tanta desigualdade social que impera no país. Advogam sobre a igualdade entre homens e mulheres, entre brancos e pretos. Condenam a homofobia. Exortam o Congresso Nacional a respeitar e proteger as “comunidades indígenas”. Dizem-se favoráveis aos pleitos do MST. Os conciliadores de classe são mestres em jogar palavreado ao vento. Nos fatos, curvam-se diante da política burguesa dominante do momento. Mostram-se amáveis e diplomáticos quando estão de frente com a poderosa oligarquia capitalista que comanda o Estado e condicionam a governabilidade.

A burocracia que dividiu o movimento sindical em inúmeras centrais fez dos sindicatos instrumento de carreiras políticas. Entrelaçou-se profundamente com os partidos da ordem capitalista, tanto de centro-esquerda quanto de centro-direita. Constituiu-se em uma forte casta após o fim da ditadura militar, depois de ter usado a mobilização da classe operária para se projetar na política burguesa.

O PT, cujo nome é uma apropriação fraudulenta do conteúdo de classe dos explorados, se tornou um dos pilares de sustentação do capitalismo em decomposição, do Estado burguês, da democracia oligárquica e dos interesses da minoria exploradora. Em torno a esse partido, reúnem-se as mais diversas frações da burocracia sindical, sendo as duas mais importantes as que comandam a CUT e a Força Sindical. Essas duas frações são as mais responsáveis por terem elevado a estatização dos sindicatos a seu ponto mais alto desde a ditadura militar. São duas forças pró-

capitalistas que se combinam para bloquear a revolta instintiva da classe operária e impor os “acordos” que servem aos interesses dos grandes grupos econômicos, principalmente, monopolistas e multinacionais. Eis por que pouco resta da democracia sindical, praticamente eliminada nos mais importantes sindicatos.

A transformação dos sindicatos de luta de classes em órgão de colaboração de classes é obra da política burguesa profundamente infiltrada no movimento social controlado pelas direções colaboracionistas e carreiristas. O resultado tem sido o desarme político, ideológico e organizativo da classe operária diante da classe capitalista, cada vez mais ofensivas às necessidades mais elementares da maioria oprimida.

Entra governo e sai governo – ora à direita, ora à esquerda – e a crise estrutural do capitalismo continua sendo descarregada sobre os explorados da cidade e do campo. O golpe de Estado que derrubou o governo de Dilma Rousseff evidenciou um alinhamento burguês à direita precisamente porque o reformismo petista fracassou perante os interesses da burguesia e fracassou em resolver as necessidades mais elementares do proletariado e do campesinato, principalmente.

O governo golpista de Temer impôs a contrarreforma trabalhista e aplainou o caminho da terceirização. O governo de ultradireita de Bolsonaro, eleito pelo voto popular, continuou a obra antioperária de Temer e impôs a contrarreforma da Previdência. No período da pandemia, os capitalistas aproveitaram para avançar na destruição de direitos trabalhistas e implantar a contrarreforma trabalhista e a Lei da Terceirização. Milhares de fábricas foram fechadas. “Acordos” de demissão em massa foram impostos à classe operária. Tornaram-se prática comum os lay-offs, os PDVs e alterações de direitos. O capital se sobrepôs-se ditatorialmente ao trabalho, sem que houvesse resistência dos sindicatos. O Congresso Nacional e o governo impuseram profundas mudanças, sem que os sindicatos e centrais se colocassem em um combate frontal com a classe capitalista.

O governo fascizante de Bolsonaro afundou sobre a base das contradições e conflitos interburgueses

agudizados pela crise econômica e social do período marcado pela pandemia. A política de colaboração de classe do PT e aliados na oposição antibolsonarista se potenciou e Lula voltou ao poder. Praticamente toda a esquerda se perfilou por detrás da frente ampla pró-Lula, “pró-democracia” e contra o “fascismo”, seja no primeiro, seja no segundo turno das eleições. O governo de ultradireita foi substituído por um governo de centro-direita.

Como se pode ver, a composição ministerial indica que o governo de Lula está mais para centro-direita que centro-esquerda. O que o faz refém do Congresso Nacional controlado pela política de centro-direita, pendendo para a ultradireita. Essa é a configuração governamental que se gestou na polarização entre Lula e Bolsonaro. A relação de força nas condições atuais favorece em geral a posição de centro-direita e ultradireita, em detrimento da esquerda reformista.

O golpe sofrido pelos ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Originários, respectivamente sob a responsabilidade do partido Rede e do PSOL, é expressão prematura dessa correlação de força, determinada pelos interesses particulares da oligarquia burguesa. A aprovação do novo Marco Temporal, há muito almejado pela Frente Parlamentar da Agropecuária, segue esse caminho. Não é muito distinto o que se passou com o arcabouço fiscal. A burguesia exigia de Lula, ainda nas eleições, que reconstituísse a estrutura montada sob o Teto do Gasto e Responsabilidade Fiscal.

Essa montagem se originou no governo golpista de Temer e acabou ruindo sob o governo de Bolsonaro devido aos impactos da pandemia. Lula teria de restabelecer a política de equilíbrio fiscal, que em síntese consiste em gastar menos do que se arrecada, gerando um superávit primário. Trata-se de uma política determinada pelo capital financeiro, que como tal tem de ser seguida pelo capital monopolista. O seu parâmetro fiscal e monetário é definido pela gigantesca dívida pública, e, portanto, pelo parasitismo financeiro.

Nota-se que na elaboração, discussão e aprovação do novo marco fiscal pouco se falou sobre a parasitária dívida pública, e, quando mencionada, foi para dizer que era preciso o equilíbrio fiscal para se manter a sustentabilidade dessa hidra que se alimenta do Tesouro Nacional, mais precisamente do atraso econômico do País, do alto desemprego, do subemprego, da terceirização, da miséria e da fome.

O reformismo petista, seguindo os liberais, protege os credores da dívida pública. Já não fala mais em realizar uma auditoria da dívida pública. Lula está prostrado diante do capital financeiro. Seu ministro da Fazenda, Haddad, comporta-se como um serviçal dos credores da dívida pública. Eis por que os petistas e mesmo seus aliados que pousam mais à esquerda, como o PSOL, PCdoB, fogem da bandeira de Não Pagamento da Dívida Pública.

Fala-se muito na necessidade de combater a ultradireita fascizante, mas o governo de frente ampla se apoia na centro-direita. A impotência do governo Lula chegou ao ponto de se curvar diante da CPI do MST. E a renque dos reformistas sequer tomou a iniciativa de organizar um movimento para pôr abaixo a CPI montada pela ultradireita bolsonarista, com apoio da centro-direita.

Lula, petistas e aliados estão contanto com uma melhora anunciada da economia, para passar por esse momento de teste diante dos explorados que aguardam empregos e salários, que permitam comprar o necessário. Não temos dúvidas de que a aplicação do novo marco fiscal resultará em mais sacrifícios para a classe operária, camponeses, as camadas empobrecidas da classe média e da juventude oprimida.

Este Dia Nacional de Mobilização, encabeçado pela CSP-Conlutas, para cumprir o objetivo de combate ao Arcabouço Fiscal de Lula e ao Marco Temporal, tem de erguer o programa de reivindicação da classe operária. Não se deve ter a ilusão de que é possível uma política econômica que não seja expressão dos interesses do grande capital, tendo à frente o capital financeiro. Não se deve alimentar a esperança de que a luta das nacionalidades indígenas se resume a derrubar o marco temporal. Os explorados estão diante de um combate feroz às demissões em massa, ao fechamento de fábrica, à expansão da terceirização, ao crescimento da informalidade, à redução do valor da força de trabalho, à manutenção do salário mínimo de fome e, enfim, à implantação da Reforma Trabalhista. É nessas condições sociais e de polarização entre as necessidades da classe operária e os interesses da classe capitalista que emerge a questão das nacionalidades indígenas, da luta camponesa pela terra e a política econômica pró-grande capital traçada pelo governo Lula.

O Partido Operário Revolucionário (POR) participa neste Dia Nacional de Mobilização em defesa do programa próprio da classe operária e dos demais trabalhadores, da organização independente diante das forças burguesas, do combate ao golpismo da ultradireita e da organização de uma frente de oposição revolucionária ao governo burguês de Lula. Está colocado um chamado às centrais, sindicatos e movimentos que rompam com toda e qualquer política governista e que convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa do programa de reivindicações da maioria oprimida.

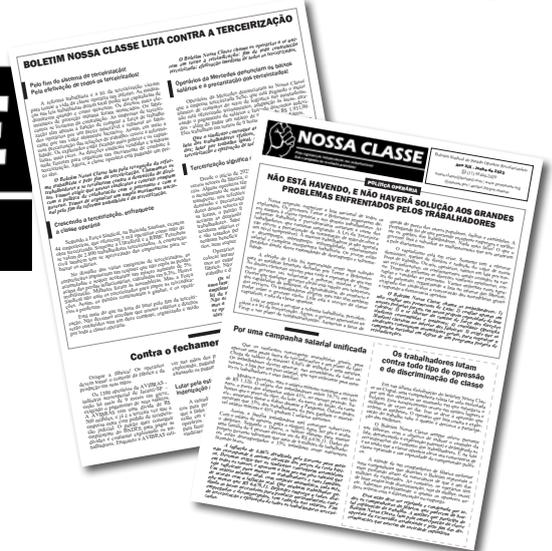
Por um Dia Nacional de Luta em defesa do programa de reivindicação da classe operária, dos camponeses e da juventude oprimida!

Abaixo o arcabouço fiscal de Lula e o marco temporal do Congresso Nacional!

Abaixo a CPI do MST!

Por uma aliança operária e camponesa!

Organizar a oposição revolucionária ao governo burguês de Lula!



Boletim Nossa Classe - junho
POLÍTICA OPERÁRIA

Não está havendo, e não haverá solução aos grandes problemas enfrentados pelos Trabalhadores

Nossa resposta: organizar a luta nacional de todos os explorados. Os governos Temer e Bolsonaro impuseram duros ataques à classe operária e aos demais trabalhadores. As reformas trabalhista e previdenciária cortaram a carne dos trabalhadores, que continua sangrando. A Lei da Terceirização elevou a precarização da contratação de mão-de-obra a um nível insuportável. A maioria trabalhadora já não aguenta o desemprego, subemprego, informalidade, rebaixamento salarial e completa insegurança trabalhista. Os jovens estão perdidos diante desse emaranhado de desemprego e informalidade.

A eleição de Lula foi apresentada como uma solução para as malditas heranças deixadas por Temer e Bolsonaro. As ilusões eleitorais servem para criar a esperança de que um novo governo vai solucionar a pobreza, miséria e fome. Ocorre que qualquer governo eleito está sujeito aos interesses dos capitalistas da indústria, da agroindústria, do comércio e dos serviços. Os trabalhadores elegeam, mas não têm nenhum poder sobre o governo eleito. Lula está a serviço da classe capitalista, e não da classe operária.

Lula se negou a revogar a reforma trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização. Agora, o governo apresentou na Fiesp o seu plano de reindustrialização. Anunciou a farsa da

queda do preço dos carros populares, ônibus e caminhões. A propaganda foi de que pretende recuperar empregos e melhorar os ganhos dos trabalhadores. Nada mais falso! O que o governo fará é subsidiar as multinacionais que nos arrancam a pele diariamente.

O capitalismo está em crise. Somente tem a oferecer demissões, quebra de direitos e redução do valor de nossa força de trabalho. Ou nós, operários, saímos em luta por nossas reivindicações, ou continuaremos sendo cortados na carne. Temos de enfrentar as direções sindicais mentirosas, corruptas e vendidas ao patronato. Vamos enfrentar esses agentes do patronato, organizando a luta no interior das fábricas, exigindo dos sindicatos a convocação das assembleias gerais e impondo a democracia operária.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores: **1) não confiar nas promessas de Lula; 2) confiar apenas em nossas próprias forças, em nossa própria capacidade de luta coletiva; 3) a se libertar da camisa de força das direções sindicais corruptas e traidoras; 4) constituir Oposição Sindical classista no interior das fábricas; 5) exigir que os sindicatos convoquem assembleias gerais, para organizar a campanha nacional em defesa de um programa próprio de reivindicações.**

Por uma campanha salarial unificada

Que os sindicatos convoquem assembleias gerais, para aprovar uma pauta única de reivindicações e um plano de luta! Chega de salário de miséria! 4,86% de inflação é uma mentira. Os trabalhadores devem aprovar, nas assembleias de todos os setores, a luta por um piso salarial, que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias.

Mudou o governo, mas o salário mínimo continua a miséria de R\$ 1.320. O salário dos trabalhadores subiu 19,7% em três anos, o preço dos alimentos subiu 41%, no mesmo período. Sabemos que o preço do óleo, do leite, do arroz, do feijão, da carne etc, aumentou quase o dobro durante a Pandemia. Outros dados mostram que 35% dos trabalhadores do país ganham o miserável salário mínimo e 45% ganham 2 salários mínimos.

Assim, a família trabalhadora mal consegue sobreviver. Com o salário de miséria, paga o aluguel, água, luz gás e acaba

o dinheiro. Segundo o Dieese, o salário mínimo para manter uma família de 4 pessoas deveria ser de R\$ 6.676,11. Dados do próprio governo informam que mais de 9 milhões de trabalhadores estão desempregados e 35% trabalham como autônomos fazendo bicos.

A inflação de 4,86% divulgada pelo governo para maio não corresponde à enorme elevação dos preços da cesta básica. Devemos exigir que os sindicatos convoquem assembleias em todos os setores, e aprovelem a luta por um piso salarial que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias. Um salário mínimo vital, com reajuste automático, todo mês, de acordo com a inflação real. Que nenhum trabalhador ganhe menos que R\$ 6,676,11. Defender emprego a todos, dividindo as horas necessárias para produzir nacionalmente, entre empregados e desempregados, sem redução nos salários. Fim da terceirização e efetivação de todos os trabalhadores terceirizados.

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

Boletim Nossa Classe luta contra a terceirização Pelo fim do sistema de terceirização Pela efetivação de todos os terceirizados

A reforma trabalhista e a lei da terceirização vieram para tornar a vida da classe operária um inferno. As mudanças nas leis trabalhistas deram total poder aos capitalistas de demitirem quando e como quiserem. Os direitos mais elementares de proteção mínima foram arrancados. Os fabricantes se livraram da contratação. As empresas de terceirização têm apenas a função de comprar a força de trabalho dos operários por um preço miserável e repassar ao fabricante por um valor altamente lucrativo. Assim, em meio a essa precarização das relações de trabalho, cresce a informalidade. Os explorados estão ficando mais pobres e os capitalistas, mais ricos. As direções sindicais

vendidas e traidoras nada fizeram para organizar um movimento de combate à terceirização. Agora, a classe operária está pagando um preço alto.

O Boletim Nossa Classe luta pela revogação da reforma trabalhista e pelo fim da terceirização. Chamamos os trabalhadores a se revoltarem contra a destruição de direitos. Vamos exigir que nossos sindicatos e centrais rompam com a política de colaboração com o patronato e com o governo. Temos de organizar um amplo movimento nacional pelo fim da reforma trabalhista e da terceirização.

Crescendo a terceirização, enfraquece a classe operária

Segundo a Força Sindical, na Baixada Santista, existem 44 empreiteiras, que oferecem 5 mil operários como mão de obra terceirizada. Somente a Ultrafértil e a RBBC Petrobras se valem de 2.800 trabalhadores terceirizados. A construção civil também tem se aproveitado das empreiteiras para rebaixar os salários.

No dissídio das várias categorias de terceirizados, as empreiteiras impuseram um reajuste que não repôs as perdas acumuladas e sequer aceitaram um mísero aumento de 5% acima das perdas inflacionárias, calculadas em 9,3%. Houve mobi-

lização. Milhares foram às assembleias. Mas, a Força Sindical não uniu os terceirizados para impor as reivindicações. Assim, os patrões continuaram a ganhar, e os operários a perderem.

Está mais do que na hora de lutar pelo fim da terceirização. Não devemos acreditar que nossos salários e direitos serão restituídos sem um duro combate, organizado e unido por toda a classe operária.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a se unirem em torno à reivindicação: fim de toda contratação terceirizada; efetivação imediata de todos os terceirizados.

Operários da Mercedes denunciam os baixos salários e a precarização dos terceirizados!

Operários da Mercedes denunciaram ao Nossa Classe que a empresa terceirizada SeSe, que está pegando o maior número de contratos do setor de logística nas montadoras, não está oferecendo treinamentos, adaptação às áreas, atrasando o pagamento de salários e fazendo descontos indevidos - além de pagar um salário de miséria de R\$ 1.931,00. Eles trabalham em turnos de 9 horas e 15 minutos diários.

Que o sindicato convoque assembleia para unificar a luta dos trabalhadores efetivos, terceirizados e contratados; lutar por trabalho igual, salário igual. Pelo fim da terceirização e efetivação de todos os trabalhadores!

Terceirização significa demissão e precarização

Desde o início de 2023 a Cinpal vem terceirizando diversos setores da fábrica, como transporte, portaria e refeitórios. Alguns operários têm enxergado essas mudanças como o atendimento de suas antigas reivindicações de melhoria no transporte, nos refeitórios e outros. Mas o que se passa é a demissão e precarização dos contratos dos novos trabalhadores desses setores em vez da resolução do problema. Dessa forma, o patrão faz com que os operários que ficaram aceitem as demissões e a situação precarizada dos novos trabalhadores.

Sabemos que os trabalhadores terceirizados recebem salários rebaixados, não recebem todos os direitos e são tratados pela fábrica como externos, não recebendo nenhum benefício que venha a ser conquistado pelos operários, nem sequer os reajustes salariais ou PLR.

Operários da Cinpal e de todas as fábricas devem se colocar intransigentemente contra a terceirização. Não caiamos no engano de que o patrão terceiriza para melhorar a fábrica. Não! Terceiriza para rebaixar o valor da força de trabalho e dividir a classe operária!

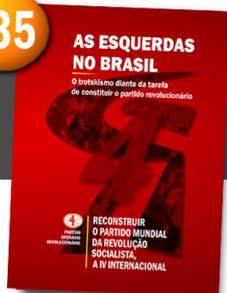
Os sindicatos e as centrais sindicais devem erguer uma luta ferrenha contra a retirada de direitos, que vem se ampliando com as reformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização. Não podemos aceitar as demissões! Não aceitemos o rebaixamento dos salários! Não aceitemos a divisão imposta entre efetivos e terceirizados, a classe operária é uma só e deve lutar unida contra as demissões e pela efetivação imediata de todos os terceirizados!

Adquira com o distribuidor:

R\$ 35

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário



O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

Os trabalhadores lutam contra todo tipo de opressão e de discriminação de classe

Em sua última distribuição do Boletim Nossa Classe na Cinpal, uma companheira relata ter sido molestada por um dos operários no momento em que entregava o Boletim. Esse acontecimento ocorre em muitos lugares e milhares de vezes ao dia. Isso se deve à opressão que sofrem as mulheres. O operário que luta contra a exploração do trabalho sabe o quanto é decisiva a participação das mulheres.

O Boletim Nossa Classe sempre esteve presente nas fábricas, com o objetivo de indicar o caminho da luta, denunciando a exploração patronal e defendendo as reivindicações do conjunto dos trabalhadores. É na luta e na união que a classe operária eleva sua consciência de classe oprimida e sua capacidade de compreensão política.

A atitude de um companheiro de fábrica molestar uma companheira que distribui o Boletim representa o mais profundo atraso da consciência de que é um dos milhões de explorados. Ao contrário, os operários têm de lutar contra toda discriminação, seja da mulher, racial etc. Sabemos perfeitamente o quanto os operários negros sofrem com a diferenciação no emprego.

Essa ação deve ser rejeitada e condenada por todos os companheiros da fábrica, que padecem da brutal exploração do trabalho. A mulher que participa do Boletim Nossa Classe, luta pela emancipação da classe operária da escravidão assalariada e pelo fim das discriminações que nascem da sociedade capitalista.

Contra o fechamento da AVIBRAS!

Ocupar a fábrica! Os operários devem tomar o controle da fábrica e da produção em suas mãos.

Os 1300 operários da AVIBRAS - indústria aeroespacial de Jacaré-SP - estão há mais de 9 meses em greve, exigindo o pagamento de seus salários. A AVIBRAS tem uma dívida de R\$ 500 milhões, e já é a terceira vez que a empresa entra com pedido de recuperação judicial. O patrão quer conseguir empréstimo do BNDES para pagar as dívidas e continuar explorando os trabalhadores. Enquanto a AVIBRAS estiver nas mãos dos patrões, continuarão explorando, pagando salário de miséria, atrasando os pagamentos e demitindo.

Lutar pela estatização, sem indenização aos patrões!

A entrada na fábrica de 100 operários para produzir 72 foguetes mostra que a linha de produção e as máquinas estão em condições para produzir. Os operários têm todo o conhecimento para fazer rodar a linha de produção. O sindicato de

São José dos Campos deve, portanto, defender em assembleia a ocupação da fábrica e exigir do governo a imediata estatização sem indenização, sob o controle operário da produção.

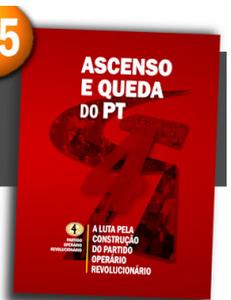
Essa é a resposta operária para impedir o fechamento da Avibras e garantir todos os empregos, salários e direitos. Com a fábrica ocupada, o sindicato de São José dos Campos pode e deve exigir que as centrais sindicais e demais sindicatos organizem uma campanha nacional, exigindo de Lula a estatização.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



RN - Nota do Boletim Nossa Classe

Reestatizar as empresas petrolíferas do Rio Grande do Norte

As direções sindicais cutistas, ao invés de organizar a luta contra as privatizações se limitam a informar a privatização de 27 plataformas de águas rasas, 20 campos produtores de petróleo em terra e a refinaria Clara Camarão para a 3R Petroleum, iniciada no governo de Bolsonaro e concluída em 7 de junho, sob o governo Lula. A direção do sindicato dos petroleiros, por sua vez, diz que o processo de privatização já provocou 300 demissões e 950 trabalhadores cumprem o aviso prévio. E que havia a promessa de recontratar os trabalhadores demitidos pela nova empresa.

Como não houve nenhuma resistência por parte do sindicato e da central, a empresa esqueceu a promessa. Tudo indica, segundo o sindicato, que a venda do Polo Potiguar significará a volta da paridade de preços com base no mercado internacio-

nal. Isso porque a empresa não possui refinaria própria e ficará sujeita à sua produção e à compra no mercado internacional para manter o abastecimento. A população, certamente, sofrerá com o aumento dos preços de combustível e gás de cozinha.

Esse é mais um exemplo de que o governo Lula segue a política privatista de Bolsonaro. É mais um exemplo de que as direções sindicais não se colocam por organizar a luta contra as privatizações e em defesa dos empregos. Está na hora de dar um basta ao palavreado das direções sindicais e exigir que o sindicato seja de fato colocado a serviço da defesa dos empregos e das empresas estatais. Está na hora de enfrentar o governo Lula, em defesa dos postos de trabalho e pela reestatização do Polo Potiguar e outras estatais já privatizadas ou que estão na lista das privatizações.

Nota do Boletim Nossa Classe

Toyota fecha a fábrica, demite os operários e depois acena com uma caridade à Santa Casa de São Bernardo

A Toyota encerra a antiga fábrica do ABC sem que houvesse nenhuma resistência por parte da direção do Sindicato Metalúrgico. Depois do anúncio, vieram as negociações entre a montadora e a burocracia do sindicato, que resultaram em uma simples indenização. Para os operários, o que ficou foi o desemprego e a dura batalha para arrumar outra fonte de trabalho. A direção sindical lamentou o fechamento da multinacional, ensaiou um discurso perante os trabalhadores, mas tudo para “inglês ver”. O que restou foram as demissões e uma possibilidade de “doação” da Toyota para a Santa Casa de São Bernardo.

Depois de explorar o quanto pôde os trabalhadores, usar as benesses do Estado e da prefeitura e fechar a fábrica, a Toyota e a burocracia do sindicato fizeram uma visita à Santa Casa, como nada tivesse acontecido, como se fosse um presente da montadora ao município e à saúde. Veja a que ponto chega a direção do sindicato.

A burocracia do sindicato age dessa forma porque não se sente pressionada pelos operários. Para mudar essa situação, é preciso construir uma oposição classista capaz de enfrentar o patronato e a burocracia traidora, para defender os empregos.

São Paulo

Intervenção do POR na manifestação contra o Arcabouço Fiscal e o Marco Temporal O boicote das direções sindicais vinculadas ao PT

Aconteceu no dia 13 de junho uma manifestação em São Paulo, contra o Arcabouço fiscal e o Marco Temporal, do governo Lula/Alckmin e do Congresso Nacional. O ato foi chamado por diversas organizações, como a Conlutas, PSTU, PCB, CST, MRT, Unidos para Lutar, POR e outras. A adesão foi baixa, dada a importância dos ataques deste governo, contou principalmente com a militância das organizações.

Verifica-se que a trava imposta pelas burocracias sindicais ligadas ao petismo é muito forte, impedindo que uma parcela dos trabalhadores se manifeste contra essas medidas que são de interesse dos capitalistas de conjunto. O Arcabouço fiscal representa a reconstituição, por parte do governo Lula, do Teto de gastos criado por Temer, e que tinha sido quebrado no governo Bolsonaro. A exigência do capital financeiro é muito clara, é preciso ter superávit primário, ou seja, gastar menos do que se arrecada, para garantir o pagamento dos juros da dívida pública. Assim, Lula se mostra mais uma vez um governo de continuidade dos governos anteriores. Já o Marco Temporal foi aprovado por ampla maioria na Câmara de Deputados, com um voto contrário do governo que foi apenas formal. Trata-se nesse caso de uma medida há muito esperada pelos capitalistas das mineradoras, extrativistas e do agronegócio. Essas medidas, somadas à CPI do MST, um duro ataque ao movimento camponês e o esvaziamento dos ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas, mostram o conteúdo de classe de governo, ou seja, está disposto a atacar a maioria oprimida, em nome dos interesses dos capitalistas.

Aí está o motivo da importância dessa manifestação. O POR participou com um Manifesto, que publicamos aqui na sequência, duas intervenções no carro de som e banca de materiais. Defendemos que aquele ato fosse o ponto de partida para uma frente de luta, uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula e o Congresso Nacional vendido. Além de defender que as organizações ali presentes trabalhem para formar oposições classistas e revolucionárias nos sindicatos, para quebrar a barreira imposta pelas burocracias colaboracionistas. Tudo indica que essa manifestação frentista deve continuar, já está sendo organizada uma plenária para avaliar a atividade e pensar nas novas ações. O POR vai trabalhar para que essa frente se constitua, afinal, foi nossa defesa desde o primeiro dia de governo, a formação de uma oposição revolucionária, que por conta de seus métodos e seu conteúdo, um programa próprio da classe operária e demais trabalhadores, não seria

confundida com a oposição burguesa de ultradireita, que também deve ser combatida por essa frente.

A manifestação caminhou do MASP até a Praça do Ciclista. Lá foi feito um encerramento. Abaixo transcrevemos uma das intervenções do POR no ato.

Transcrição da intervenção na manifestação contra o Marco Temporal e o Arcabouço fiscal

Boa noite, camaradas.

Em primeiro lugar, quero saudar essa manifestação, que tem uma importância enorme porque é a primeira manifestação contra o governo burguês de Lula e suas medidas. Estamos há seis meses da posse do governo, que já começa a mostrar claramente os seus interesses de classe, que é o de proteger os capitalistas, em detrimento dos trabalhadores. Por isso, essa manifestação tem uma grande importância, ainda que seja pequena.

Camaradas, estamos diante de duas tarefas muito importantes para o próximo período, a primeira tarefa é formar uma oposição a esse governo, e essa manifestação é o germe, pode ser o ponto de partida para uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula. Estamos vendo a necessidade dessa oposição nas reivindicações que estão colocadas aqui: o Marco Temporal há muito tempo é do interesse dos latifundiários, dos capitalistas do agronegócio, dos capitalistas das mineradoras, e agora estão conseguindo aprovar. Por outro lado, o Arcabouço fiscal é do interesse do capital financeiro, é uma medida ditada pelo capital financeiro e escrita pelas mãos de Haddad, Lula e Alckmin. A luta contra o Arcabouço Fiscal e o Marco temporal deve ser somado o combate à CPI do MST! Essa reivindicação tem uma importância enorme e devemos levantar uma luta contra a perseguição política ao movimento popular e ao movimento camponês. Não devemos fazer como os governistas, que querem disputar a CPI no parlamento, fazendo discursos ou entregando cestas de produtos do MST ao Ricardo Salles, isso está errado! Nós temos de rejeitar e rechaçar a CPI por completo, porque é uma perseguição ao movimento popular.

A segunda tarefa que nós temos é formar nos sindicatos oposições classistas e revolucionárias contra as burocracias pelegas, traidoras e conciliadoras, porque a situação que nós temos hoje é que as burocracias sindicais das grandes centrais - da CUT, da Força Sindical, da UGT, da CTB - formam um dique de contenção a luta das mas-

sas. Sem romper esse dique, não conseguiremos avançar na luta, não conseguiremos ampliar as mobilizações como essa, não conseguiremos avançar contra o Arcabouço fiscal ou contra o Marco Temporal. Vejam o que está acontecendo nos sindicatos, as eleições não existem mais, não é possível formar as oposições. Recentemente tivemos eleições no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, e a direção mudou a regras para que as oposições não fossem formadas. Os companheiros que tentaram formar uma oposição receberam o que em troca? A demissão. E agora o POR está fazendo campanha para reverter a demissão do camarada Paranche, que tentou formar uma posição ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Então, temos duas tarefas que eu reforço aqui: a primeira, formar uma oposição revolucionária ao governo Lula e a segunda, formar as oposições classistas e revolucionárias nos sindicatos, para varrer com as burocracias traidoras.

Paraná

Burocracia enterra a greve em sete universidades estaduais

Até o dia 15 de junho, todos os docentes das universidades estaduais devem encerrar a greve iniciada em 8 de maio, não porque tenham conquistado a reposição de 42% reivindicada pelo movimento, mas, devido à manobra das direções dos sindicatos que resolveram mudar burocraticamente a pauta, abandonando a luta pela reposição das perdas e aderindo à pretensão de conseguir qualquer migalha na forma de uma hipotética alteração do plano de cargos e salários, proposta pelos reitores em conluio com o governo para sabotar a luta pela reposição e bloquear a greve. Sem a greve, a obtenção de qualquer mudança na remuneração dos professores, depende agora integralmente da “boa vontade” do governo.

Os docentes das universidades estaduais do Paraná têm uma tradição de históricas lutas contra os governos, e já protagonizaram a mais longa greve das universidades no Brasil em 2001-2002, por exemplo. E embora não seja a maior categoria do serviço público, têm estado na vanguarda das mobilizações. Entretanto, assim como todo o funcionalismo, amargam uma defasagem salarial de 42% desde 2016 e também foram golpeados pela deterioração das condições de trabalho, imposta pelos últimos governos abertamente reacionários de Beto Richa e Ratinho Jr., situação agravada pela pandemia durante a qual as direções sindicais mantiveram a base desmobilizada e passiva, aderindo à política burguesa de isolamento social.

Essa passividade facilitou ao governo a aprovação de uma lei de regulamentação das universidades, a LGU. Essa lei, apoiada e implementada pelas reitorias têm agravado brutalmente as condições de trabalho já precárias impedindo a realização de concursos para substituição das aposentadorias, aumento consequente do volume de trabalho e adoecimentos, ingresso de um exército de professores temporários em situação ainda mais precária e pressões para fechar os cursos com pouca demanda. Também a implementação da LGU transformou as universidades em repartições do governo, retirando-lhes qualquer autonomia.

A combinação dessa precarização com a brutal perda salarial empurrou os professores a romper com a política de passividade das direções – predominante em todo o funcionalismo – e saírem à luta numa greve de todas as universidades, ainda que sem a adesão dos técnicos e ausência de movimento estudantil. Entretanto, as direções sindicais dos docentes, desde o começo, deixaram aberta uma porta para a proposta dos reitores de alteração do plano de cargos e salários que, se efetivada pelo governo, implicaria uma alteração parcial dos salários, mas muito longe dos 42%

Nós temos aqui hoje diversas organizações, a Conlutas, o PSTU, o PCB, a CST, que acabou de romper com o PSOL, o MRT e outras, que têm a condição de formar uma frente de luta, uma frente de oposição. Não vamos esperar para as eleições, vamos formar agora uma oposição revolucionária a esse governo.

Camaradas, para concluir quero levantar as bandeiras que estamos defendendo aqui. Nós do Partido Operário Revolucionário ajudamos a construir esse ato, convocamos, fomos nas portas de fábricas para chamar os operários para participar e levantar as bandeiras de abaixo o Marco Temporal; Abaixo o Arcabouço fiscal; Abaixo a CPI do MST; e por uma frente de luta, uma frente de oposição revolucionária ao governo burguês de Lula, que é um governo que começa agora a atacar os trabalhadores, mas que sabemos que vai avançar muito mais nesses ataques. É isso companheiros, obrigado.

A menos de um mês de greve, dirigentes sindicais em contato com parlamentares abriram a guarda para promessas destes políticos burgueses de tramitação do plano de cargos e salários desde que se interrompesse a greve. Uma aberta e escancarada chantagem à qual estes sindicalistas logo cederam: numa reunião do comando de greve estadual, desta vez majoritariamente integrada pela burocracia sindical, sem deliberação das assembleias, divulgaram um boletim em que de modo mentiroso manipularam a informação de tramitação dentro da burocracia do governo e estamparam uma manchete em que afirmaram que “Governo recua e retoma tramitação do plano de carreira”, afirmando ainda na nota que se trataria de “reivindicações antigas da categoria” e que o tal “recuo” se deveria à pressão da greve, quando na verdade era uma manobra do governo para liquidar a greve.

Trata-se na prática de uma mudança da pauta da greve, que era pela reposição das perdas acumuladas, e substituída pela ilusão de uma eventual e hipotética migalha que poderia ser concedida pelo governo. Ao mesmo tempo, indicava a capitulação ao governo, pois ao enfeitar a manobra, estava implícita a aceitação da chantagem de finalizar a greve para que o projeto tramite. Na sequência, assembleias em quatro universidades deliberaram pelo fim da greve e no dia 15, as outras três também, devem encerrá-la.

O desenlace do movimento mostra que a fragilidade se localiza nas direções sindicais, tomadas pela política de colaboração de classe, a mesma que manteve a passividade durante todo o período da pandemia e ainda hoje é influenciada pela busca de canais institucionais/parlamentares para resolver as demandas. Mas mostra também que existe na base do professorado estadual uma tendência a se levantar para lutar contra o arrocho salarial e as políticas do governo, a pesar da heterogeneidade político-ideológica e o predomínio de expectativas pequeno-burguesas. Isso reforça o desafio de se constituírem novas direções que rompam com a orientação de colaboração de classes e se coloquem no caminho de enfrentar o governo como expressão dos interesses mais gerais das classes oprimidas. Esta alternativa, no entanto, depende da constituição da Corrente Proletária entre os docentes das universidades, a única que rejeita qualquer ilusão na possibilidade de reformar ou melhorar a educação e as universidades no quadro do capitalismo em decomposição e se coloca no caminho da revolução proletária.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



São Paulo

Não à entrega do prédio da FATEC para a iniciativa privada

A FATEC está atravessando um duro momento. Dois problemas interligados se apresentam e exigem resposta conjunta dos estudantes, professores e funcionários. Por um lado, o governo Tarcísio avança na tentativa de entregar um prédio utilizado pelos alunos (CA) e pelos trabalhadores (Sinteps), para a iniciativa privada. Por outro, os professores e funcionários reivindicam o reajuste salarial, plano de carreira e bônus, que o governo prometeu e não pagou ainda.

A entrega do prédio vem acompanhada da justificativa de que é para a construção de um “museu da história negra”, pela faculdade privada Zumbi dos Palmares e com apoio do Carrefour. Nada poderia ser mais hipócrita. Se o governo reacionário de Tarcísio estivesse mesmo preocupado com a situação dos negros, antes de mais nada se movimentaria para garantir emprego aos pretos e pretas do estado, que hoje são a maioria dos desempregados; equipararia os salários, que hoje são mais baixos para a mesma função; agiria contra a violência policial sobre os negros etc. Mas sabemos que não fará nada disso, trata-se de uma manobra para justificar a privatização e silenciar a resistência. Se quisesse de fato um museu, o próprio governo o construiria. Soma-se a isso o apoio do Carrefour, empresa monopolista que explora brutalmente seus funcionários e tem um amplo histórico de racismo, incluindo a morte do operário negro, João Alberto, em 2020.

Já o problema das reivindicações dos professores e funcionários deve ser encarado como um problema geral dos trabalhadores no país. A crise capitalista recebe como resposta dos governos burgueses (Federal, estaduais e municipais) a proteção do lucro dos capitalistas e o sangramento dos trabalhado-

res, com arrocho salarial e retirada de direitos. Está aí por que a única resposta consequente é através da unificação das lutas dos diversos setores que estão se mobilizando pelas mesmas reivindicações. Além da utilização dos métodos próprios da classe operária e demais oprimidos, as greves, paralisações, bloqueios etc. Lutas corporativas conduzem para a derrota dos explorados.

Apesar dos dois problemas que se apresentam, o Sinteps não tem trabalhado por incorporar a reivindicação contra a entrega do prédio. Os companheiros e companheiras do sindicato precisam entender que qualquer forma de privatização é contra os interesses dos trabalhadores. Qualquer ganho dos capitalistas é perda para os explorados. Se o sindicato incorporar a defesa do prédio público fortalecerá a luta pelos salários e direitos.

A Corrente Proletária Estudantil e o Partido Operário Revolucionário intervêm no movimento defendendo a unificação das lutas na FATEC, além da unificação contra os ataques mais gerais que tem sofrido a classe operária, demais trabalhadores e juventude oprimida. Faz parte desses ataques a reforma do ensino médio, o arcabouço Fiscal do governo Lula e o Marco Temporal do Congresso Nacional. Não a entrega do prédio Paula Souza para a iniciativa privada! Pelo atendimento integral das reivindicações dos professores e funcionários! Abaixo os ataques que massacram a vida da maioria oprimida, o arcabouço fiscal de Lula, a reforma do ensino médio e o marco temporal! Pela unificação das lutas em curso! Por uma educação gratuita, laica, científica, vinculada a produção social e sob o controle de quem estuda e trabalha.

Boletim da Corrente Proletária distribuído na manifestação do dia 13

A luta contra as privatizações na FATEC/ETEC

O Centro Paula Souza (CPS), controlado pelo governo de São Paulo, que administra as FATEC's e ETEC's (instituições públicas majoritariamente de formação tecnológica industrial e ensino médio), está em um avançado processo de privatização, já estão terceirizados os funcionários da manutenção, limpeza e segurança. Soma-se a isso a entrega de um prédio para a iniciativa privada.

No mês de maio uma arquiteta do CPS acompanhada da PM apareceu na unidade da FATEC-SP para verificar o prédio que acomoda o SINTEPS (sindicato dos trabalhadores do CPS) e o Centro Acadêmico XXIII de Abril e disse para alguns estudantes que ele seria doado para a criação de um museu. Logo em seguida foi propagandeado na mídia que a instituição privada Zumbi dos Palmares em parceria com o Carrefour estava com um programa de “racismo zero” e venderiam cursos e fariam exposições sobre a negritude. O mesmo Carrefour com amplo histórico de racismo, além da grande exploração do trabalho de seus funcionários, a maioria preta. Fica clara nesta ação que o governo está manobrando politicamente para privatizar em favor dos capitalistas e contra os estudantes e trabalhadores da unidade, mascarando a ação burguesa de ataque a todos os oprimidos com uma falsa prática antirracista.

O Centro Acadêmico e demais estudantes fizeram duas assembleias no dia 7/6 (tarde e noite) para mobilizar a comunidade, devido ao grande atraso político imposto pela burguesia, governos e ausência de uma direção revolucionária potente não tivemos grande apoio da comunidade, que não assimilou a importância e urgência de lutar contra a entrega do prédio. O sindicato (Sinteps) realizou uma paralisação no dia 13/06, por

reivindicações salariais e de carreira. No entanto, não vinculou a luta contra a entrega do prédio, apesar de afetar a própria sede do sindicato.

Os estudantes se somaram a paralisação do sindicato. A Corrente Proletária Estudantil tem atuado nesse movimento chamando para a unificação das lutas em curso na FATEC e ETEC, além das lutas mais gerais, como aquela pela revogação do Novo Ensino Médio. As lutas corporativas tendem a levar para derrotas, já que a força dos explorados está justamente em sua ação coletiva. A próxima tarefa deve ser a convocação de uma assembleia geral da FATEC e ETEC, com estudantes, professores e funcionários, para organizar o movimento e preparar os próximos passos.



Nota da Corrente Proletária estudantil

Mais uma pá de cal na luta pela revogação do Novo Ensino Médio UBES participa do 1º Encontro Nacional dos Estudantes promovido pelo MEC com linha governnista

Diante do profundo descontentamento dos estudantes e professores com a implementação do Novo Ensino Médio (NEM), as direções estudantis e sindicais de professores foram obrigadas a convocar manifestações de ruas. No dia 15 de março, houve um primeiro Dia Nacional de Lutas, convocado pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) pela revogação do NEM, com a participação de cerca de 150 mil estudantes em várias cidades do país. O Segundo Dia Nacional pela Revogação do Novo Ensino Médio e por Paz nas Escolas foi convocado para o dia 19 de abril, enquanto a Confederação Nacional de Trabalhadores da educação (CNTE) aprovou o dia 26 de abril como dia de Greve Nacional da Educação pela aplicação do reajuste do Piso Nacional e pela revogação do NEM.

Diante da pressão do primeiro ato, o Ministro da Educação, Camilo Santana, anunciou em 4 de abril a suspensão do cronograma de implementação do NEM e informou que realizaria uma consulta pública sobre o NEM. A manifestação anunciada pela UBES foi mantida, com o mote “suspensão não é revogação”, porém os atos foram esvaziados, além de divididos com diferentes datas para estudantes e professores. Nas manifestações e documentos, a ênfase das burocracias estudantis e sindicais é na crítica aos governos Temer e Bolsonaro, ainda que a reivindicação atual seja direcionada ao governo Lula/Alckmin.

Na sequência, a UBES não convocou mais atos de rua, e tem privilegiado a participação em espaços institucionais.

No dia 26 de maio, o MEC realizou o 1º Encontro Nacional dos Estudantes, com a participação de 150 jovens de todos os estados da federação. A UBES apresentou no espaço a Carta dos estudantes brasileiros ao Ministério da Educação, em que reivindicam a Revogação do Novo Ensino Médio; a ampliação do currículo base para ter mais chances em ingressar no ensino superior; infraestrutura para a oferta do Ensino Técnico, criação do Sistema Nacional de Educação; assistência estudantil para não ter que escolher entre estudar ou trabalhar; metodologias mais atrativas por meio da regulação do Programa Nacional de Educação Digital e preservação do Novo Fundeb e do orçamento da educação fora do Arcabouço Fiscal. Criticam a existência dos 300 itinerários como uma farsa de liberdade de escolha e a ausência de regulação. Defendem a educação Integral como medida no combate à fome, mas que o jovem possa escolher entre a escola regular ou em tempo integral. Defendem a “Paz nas Escolas” e fortalecimento dos Grêmios Estudantis e da Gestão democrática. Além disso, reivindicam a “construção da Conferência Nacional de Educação, a CONAE, para construção de uma nova Lei para o Ensino Médio e a construção do Novo Plano Nacional de Educação”.

O tom da carta é de colaboração com o novo governo, as reivindicações procuram ser compatibilizadas com as linhas gerais do governo. Não reivindica o fim do Arcabouço Fiscal, por exemplo, mas apenas que o Fundeb fique de fora. Não reivindica a revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária e lei da terceirização. Não luta por emprego para toda a juventude, com jornada compatível com os estudos, com salários de acordo com as necessidades da juventude e direitos trabalhistas e previdenciários, restringem-se ao pedido assistencial. Além disso, reivindicam canais de participação institucionalizados para formular uma nova Reforma do Ensino Médio. Canais estes que só servem para dar um verniz democrático para a imposição

das contrarreformas e medidas privatistas. Uma dessas medidas “participativas” é a consulta aberta pelo MEC sobre o NEM, prorrogada até o dia 6 de julho. Seu único objetivo foi esfriar os movimentos de rua e revestir de democracia a medida ditatorial de Temer, que impôs a Reforma do Ensino Médio por meio de uma Medida Provisória, em 2016, enfrentando uma forte onda de ocupações de escolas. A UBES, porém, não organizou a luta contra a implementação anunciada para 2017, mas impulsionada principalmente a partir de 2022. Jogaram todas suas energias nas eleições, basta lembrar a campanha de 2018 de “Ocupar as urnas”, desvirtuando completamente o sentido da ocupação, método coletivo de ação direta.

Já na posse do novo Ministro da Educação, em 1 de janeiro, se escancarou qual seria a relação das entidades estudantis com o Estado. O broche de ministro foi afixado na lapela do paletó de Camilo Santana pelas presidentas da União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). As entidades também se empenharam na campanha eleitoral pela eleição do novo governo, em oposição à continuidade do governo ultraliberal, militarista e obscurantista de Jair Bolsonaro.

O lema do governo de “União e Reconstrução” evidencia as diferenças entre os governos decorrentes do golpe de 2016 e o novo governo de frente ampla, porém oculta as continuidades pertinentes à natureza de classe do Estado e as condições legadas pela formação social brasileira, que limitam a democracia aos marcos estabelecidos pelo capital financeiro e pelas oligarquias políticas. O governo Lula/Alckmin é de continuidade da política de ajuste fiscal e de privatização da educação.

A Corrente Proletária Estudantil atua para que a juventude se levante e rompa as amarras das direções burocráticas. É preciso criar os grêmios livres e organizar a oposição às direções burocratizadas. Nenhuma ilusão no governo, é preciso organizar uma oposição revolucionária e criar os comitês e assembleias em cada local de estudo, trabalho e moradia para defender os empregos, salários e direitos. É preciso retomar e fortalecer a luta nas ruas e nas escolas para derrubar integralmente o NEM e erguer uma forte campanha pela estatização da rede privada de ensino e criação de um sistema único público, gratuito, laico e vinculado à produção social. Abaixo as escolas de tempo integral! Em defesa da vida da juventude, que todo jovem possa estudar e trabalhar, com jornada compatível com os estudos e remuneração de acordo com suas necessidades.

Balanco das eleições na APEOESP (2023)

A Oposição Unificada Combativa - Chapa 2 obteve uma importante vitória política diante da chapa governnista do PT e aliados, inclusive setores que eram da Oposição e capitularam à Chapa 1!

LANÇAMENTO!
Adquira já com o distribuidor do Massas por apenas R\$ 5,00



Rio Grande do Sul - Boletim da Corrente Proletária-universitária

Movimento estudantil deve enfrentar os ataques capitalistas contra a educação

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem sido cenário de embates políticos que revelam o conflito de interesses dos explorados e dos capitalistas que, através dos seus governos, despejam a crise sobre os nossos ombros e, nas universidades, atacam direitos dos estudantes, professores e funcionários.

Desde antes da pandemia de Covid-19, já se fazia sentir os efeitos da crise e as consequências do golpe de Estado, quando o governo de Temer anunciou a reforma do ensino médio, a PEC do teto de gastos e a lei da terceirização, que conflitavam diretamente com os interesses dos estudantes e trabalhadores das universidades e escolas. Ainda no mesmo ano, houve a tentativa da Reitoria de modificar a política de cotas a fim de reduzir o ingresso de cotistas à universidade, o que se repetiu no ano de 2019, quando o então governo Bolsonaro removeu a Reitoria eleita e nomeou a chapa menos votada para assumir a gestão da universidade.

A partir de 2021, teve início um expurgo sem precedentes de cotistas já ingressos, com o desligamento de duzentos estudantes, e mais cento e sessenta agora em 2023. Além disso, os estudantes da UFRGS também sentem o peso do aprofundamento da terceirização, da penetração da iniciativa privada no campo da pesquisa e extensão, da expansão do ensino a distância, da precarização da infraestrutura da universidade e da redução do número de bolsas aos estudantes de graduação e pós-graduação.

Estas medidas são parte de um ataque geral às condições de vida dos explorados. Eis por que a luta em defesa da educação deve estar vinculada a uma luta geral dos explorados contra os governos da burguesia, pela superação do capitalismo. Para isso se concretizar, é preciso abandonar a ilusão na demagogia do governo e dos seus representantes no movimento estudantil, é preciso organizar a luta contra todas as medidas que destroem a universidade, impondo a verdadeira autonomia universitária, que passa não apenas pela destituição da Reitoria interventora, mas pelo fim do reitorado e pela implementação do co-governo paritário, composto por estudantes, professores e servidores para a universidade, eleito e subordinado à assembleia geral universitária.

As direções estudantis, no controle dos diretórios acadêmicos, entidades regionais e nacionais de estudantes, serviram e estão servindo de freio para a luta estudantil contra o governo. Se recusaram a organizar a luta contra o golpe e direcionaram a resistência estudantil contra os ataques de Temer para as eleições burguesas. Fizeram o mesmo sob o governo Bolsonaro, buscando transformar a luta em um meio de desgaste daquele governo a fim de projetar a volta de Lula à presidência da República.

Os partidos e “coletivos” que controlam as entidades estudantis, em geral, fazem parte da frente ampla que elegeu Lula e estão preocupados em manter sua governabilidade, além de

ter seus próprios interesses carreiristas na política burguesa. Aparelham os organismos de luta dos estudantes, restringem o movimento estudantil e ludibriam promovendo ações simbólicas impondo derrota atrás de derrota em todos os âmbitos. Simbólicas porque não são constituídas a partir da mobilização massiva dos estudantes, nem encarnam os métodos próprios de luta dos explorados por suas reivindicações, mas permanecem envoltas na passividade das reclamações pacíficas, que catalisam os descontentamentos para os processos eleitorais ou para as saídas institucionais como a recorrência à Justiça. Como agravante, ainda buscam impedir que se conforme uma oposição combativa à sua política de passividade. Tais partidos e seus coletivos manejam burocraticamente os aparatos, impondo normas arbitrárias e obstaculizando iniciativas de organização independente que surgem entre os estudantes.

A última manifestação disso foi o recente processo eleitoral de delegados para o Congresso da UNE que ocorreu nos dias 5 e 6 desse mês. O DCE da UFRGS, dirigido pela UJC/PCB lançou um edital que impossibilitava os estudantes de lançarem chapas para disputar a eleição. As normas que tentaram impor apenas permitiriam ao seu próprio grupo compor uma chapa, e o recuo em alguns pontos foi devido à pressão das outras correntes políticas desesperadas. Mas, apesar de ter sido possível a constituição de oito chapas, o processo eleitoral demonstrou que as propostas não se diferenciavam em nada umas das outras, fazendo os estudantes se questionarem porque havia tantas chapas que defendiam exatamente as mesmas coisas, e a chapa da situação, encabeçada pela UJS/PCdoB, conseguiu 40% dos míseros 4,4 mil votos recolhidos. Isso revela que o divisionismo está a serviço de uma disputa por aparato e não por diferenças políticas, seja entre os grupos que se colocam como “Oposição de Esquerda” ou entre estes e a atual direção da UNE. Isso se verifica mais claramente quando percebemos que, com exceção da chapa 6, organizada pela Faísca/MRT, nenhuma outra denunciava a burocracia encastelada na UNE e a subordinação do movimento estudantil à governabilidade de Lula, apontando a necessidade de independência do movimento estudantil em relação ao governo. O fato de o MRT não ter defendido mudanças estruturais para a universidade e manter sua campanha no campo do reformismo resultou numa votação medíocre para a chapa 6, se comparado com o tamanho do descontentamento da massa estudantil em relação às suas direções, o que se expressou principalmente no pouco número de estudantes que se dispôs a colocar seu voto na urna.

Diante disso, aqueles que acertadamente fazem a denúncia da burocratização das entidades estudantis e se colocam concretamente em oposição ao governo de Lula e suas medidas de destruição das condições de vida dos explorados, devem trabalhar para construir uma frente de oposição revolucionária ao governo, e varrer a burocracia estudantil dos organismos de luta.



Revista Proletária na Educação

n° 11
Março 2022

As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

Rondônia

Ou tomemos a tarefa de construir uma oposição classista, ou os burocratas continuarão impondo sua política traidora

O prefeito Hildon Chaves, do União Brasil, não atualizou o percentual do Fundeb que desde janeiro deveria ser incorporado ao salário dos trabalhadores em educação, nem atendeu às reivindicações da categoria. De janeiro a abril, as direções sindicais ficaram nas repugnantes negociações de gabinete com a prefeitura, quem como sempre, não resultaram em nada. Somente em abril, os burocratas após o fracasso das negociações resolveram convocar a assembleia, não para organizar a luta, mas para informar o que ocorreram nas reuniões com o prefeito.

Após as diversas assembleias, sob a pressão dos professores e demais trabalhadores da educação, os burocratas continuaram insistindo no imobilismo. Na penúltima assembleia, ficou deliberado que no dia 12 de maio haveria uma paralisação dos trabalhadores em educação do município e uma concentração em frente à Secretaria de Educação, porque nesse dia teria uma reunião com a Secretária sobre a pauta de reivindicações.

A paralisação não aconteceu, a burocracia manobrou e marcou nova reunião, alegando que a Secretária de educação tinha viajado e que marcou para o dia 31 de maio nova assembleia. No dia anterior à assembleia, o prefeito fez live nas redes sociais anunciando que só iria atualizar o percentual do Piso Nacional em agosto e os meses retroativos até dezembro

para os professores, para os demais servidores do município seria concedido um reajuste de 5,79%.

Nas assembleias, os trabalhadores da educação demonstraram disposição de luta em defesa das reivindicações. As manobras foram tantas que na assembleia do 31, as direções sindicais se colocaram a favor da proposta do prefeito e manobram para não encaminhar a proposta de greve, que vinha da base. Com o discurso de burocratas de que se houvesse greve as negociações com o prefeito se encerrariam e que tinham outras propostas, como a gratificação de R\$300 para os técnicos em educação e o pagamento dos 7 meses de atraso do percentual do Fundeb em quatro vezes.

A Corrente Proletária/POR desde o início do movimento interveio com Boletins e falas, criticando a política das direções sindicais, que é a de conciliação de classes. Mostrando que as negociações sem luta só resultam em derrota. E chamando os trabalhadores a confiarem somente em seus próprios métodos de luta, que são as manifestações de rua, greves, bloqueios etc. O que significava rejeitar o colaboracionismo de classe dos burocratas sindicais e organizar desde as escolas o combate para impor as reivindicações ao prefeito, que recusava cumprir a Lei do Piso Nacional e a atender a justa pauta de reivindicações dos trabalhadores da educação.

Pernambuco

II Encontro de Formação política do SINASEFE, sob o controle da burocracia dirigente

Entre os dias 8 e 10 de junho, o Sinasefe promoveu no Assentamento Normandia, na cidade de Caruaru-PE, o segundo Encontro de Formação Política. O local escolhido se deu como forma de apoio ao MST diante do ataque da burguesia contra a luta dos camponeses pela terra, com a CPI. Apesar de ter ocorrido no local, não houve momento de discussão comum do sindicato dos servidores com o MST, para organização de uma luta unificada nas ruas.

Os temas da formação foram conjuntura nacional e internacional; política educacional; relação entre as questões raciais e de classe; e, a política dos movimentos sindicais, com participação do presidente da CUT de Pernambuco. A fala da CUT expressou o processo de formação da CUT, que se deu sob intensas mobilizações e greves dos operários do ABC paulista. Mas, nada falou sob a necessidade de organização da luta contra os ataques da burguesia e do governo, que dá continuidade à política de ataque de Bolsonaro. Sobre o questionamento do acordo com o governo Lula/Alckmin de não revogar as contrarreformas trabalhista e previdenciária, não respondeu. A CUT apresentou lamentações, não se colocou enquanto responsável, por constituir a maior central sindical do país e a importância que tem na organização e convocação dos trabalhadores para luta.

A formação ocorreu no formato de aulas, com palestrantes que expressavam direta ou indiretamente a linha política do Movimento Escola Popular (MEP-UP), que estavam a frente nas mesas. O plenário tinha direito a falas, preferencialmente

perguntas, de 3 minutos. Após a exposição da política educacional, houve inquietação do plenário sobre o que nosso sindicato está fazendo para responder aos ataques do governo, apontando a necessidade de ação do sindicato. Dentre as respostas, houve fala que criticou a burocratização sindical, as decisões restritas à cúpula sindical, com exclusão da base. Diante disso, a Corrente Proletária/POR deu o informe do chamado do dia 13 de junho, dia nacional de lutas convocado pela CSP-Conlutas, POR e outras organizações contra o Marco Temporal e Arcabouço Fiscal de Lula, mostrando a importância do Sinasefe aproveitar o Encontro para construir este dia; fizemos também um balanço sobre o quadro de passividade imposto pelas direções nacional e seções do Sinasefe, que insistem na farsa dos métodos virtuais para organização da “luta”, na política de pressão parlamentar e jurídica; além disso criticar a direção nacional, que chamou a 181ª Plenária Nacional híbrida, passando por cima da decisão da 180ª Plenária, que aprovou o formato presencial.

Ao final da discussão, a UP e outros membros da direção nacional, como não tinham respostas às críticas dos militantes poristas, acusaram a Corrente Proletária/POR de “mentirosos”, e declararam encerrada a mesa, sem abrir para esclarecimento ou defesa. Sob reivindicação do plenário, abriu-se para falas de esclarecimentos. A UP, usando a mesma tática própria de burocracia, continuou acusando a Corrente Proletária de tentativa de implosão da formação, e que este não era o espaço para discutir as questões do sindicato (mesmo com os exposi-

tores apontando que a formação deve servir para o movimento intervir na realidade concreta). Sobre a troca do formato da Plenária de presencial para híbrida, a DN afirmou que faria uma nota de esclarecimento, mas justificaram que modificou o formato por questões financeiras das seções pequenas, que têm dificuldade de participar presencialmente da plenária em Brasília, e, ao mesmo tempo, se contradisseram dizendo que o calendário aprovado foi apenas do GT (sendo que a aprovação encaminhada na 180ª Plenária foi que a reunião do GT e a 181ª Plenária ocorressem presencialmente entre 14 e 18 de junho). O fato é que com o chamado híbrido é mantida a passividade das bases no virtual, enfraquecendo os métodos presenciais de organização dos trabalhadores, que têm a dura tarefa de retomar os métodos de luta próprios, com manifestações massivas de rua e paralisações contra as medidas do governo.

Temos assim, problemas sérios relacionados à direção nacional do Sinasefe, que devem ser discutido pela vanguarda que se dispõe a construir uma oposição classista à política de conciliação de classe da direção burocrática do Sinasefe (PSOL/PT/UP), são eles: 1) atropelar decisão de Plenária de base; 2) responder à divergência política com difamação; 3) formação

política aparelhada que não expressa o debate das diferentes correntes que compõem o movimento sindical; 4) manutenção da passividade da base com os métodos de organização virtual; 4) usar das seções com dificuldade financeira para manter métodos virtuais, não atuando para garantir a participação ativa das seções menores.

A Corrente Proletária/POR atuou na formação com banca de materiais, Manifesto contra a CPI do MST e manifesto direcionado à formação, indicando a importância da formação como espaço para construção da Unidade entre os servidores dos IFs e o MST. Com o chamado ao enfretamento da crise capitalista com organização e luta dos explorados nas ruas! Pela unidade da luta dos servidores e dos camponeses contra os ataques da burguesia e de seus governos. Pela construção de comitês de luta com servidores públicos, privados, trabalhadores do campo, estudantes e desempregados. Que as centrais sindicais convoquem os explorados para um Dia Nacional de luta, com paralisações, bloqueios de avenidas e atos massivos contra a CPI do MST, em defesa da terra para os camponeses. Pela revogação de todas as contrarreformas! Por empregos, salários e direitos!

Entrevista

Debate sobre os 10 anos de Junho de 2013

Como parte da campanha do POR pelos 10 anos das manifestações de junho de 2013, participamos de um debate no canal Mesa de Debates, no YouTube. A atividade teve a participação do PCdoB, Art, GOI e um anarquista, além do POR. A intervenção do PCdoB, que segue as caracterizações do PT, foi que houve uma suposta “Guerra Híbrida”, com a extrema direita gestada nesse movimento. O militante anarquista tentou defender o MPL, como um suposto partido clandestino, mas não foi capaz de responder ao fato de que o MPL abandonou um movimento em ascensão, devido aos conchavos que fez com os governos, não mantendo sequer a bandeira que dá nome ao movimento: Passe Livre. A militante da Art e o militante do GOI fizeram análises mais coerentes, apresentando raízes econômicas do movimento e fazendo a crítica à ação do petismo para desmobilizar as massas nas ruas.

Abaixo transcrevemos a primeira intervenção feita pelo militante do POR:

“Boa noite aos colegas que estão participando deste debate e àqueles que estão assistindo. Quero agradecer o canal Mesa de Debate pelo convite e dizer que foi muito correta a ideia de organizar uma atividade com as análises de diferentes tendências políticas sobre 2013. Nós vemos uma miríade de análises, e essa própria Live reflete essas muitas análises sobre esse movimento, colocando as correntes frente a frente. Isso é muito importante, pois nós temos perdido isso no movimento de esquerda. Além disso, parabéns pelos três anos do canal.

Inicialmente quero explicar como eu dividi a intervenção. Serão quatro pontos: o primeiro, sobre o sentido dessa discussão; o segundo, sobre a caracterização do movimento; o terceiro, sobre as diferentes tendências políticas e as respostas que foram dadas no momento; e o quarto, sobre a própria atuação do Partido Operário Revolucionário.

O POR se dedicou naquele período em elaborar uma resposta proletária ao movimento que estava acontecendo em 2013 no próprio calor do movimento, e depois foi aprimorando suas respostas. No próprio mês de junho, publicamos um folheto: “As massas nas ruas mostram toda sua força e a necessidade de uma direção revolucionária”. Esse fo-

lheto foi publicado ainda durante o movimento, e aí está a importância de transformar experiência em elaboração teórica. E no mês seguinte, justamente devido à amplitude desse movimento nacional, chamamos Conferências regionais para poder fazer um balanço. Tivemos uma Conferência na região Sudeste e outra no Nordeste, que fizeram uma análise de todo esse processo, tendo suas resoluções sido publicadas no folheto, “As Conferências de julho de 2013”.

Estou falando isso, aqui nesse debate, pois nossa exposição será só um resumo da nossa política e de nossas ideias, mas é importante que os camaradas, caso queiram se aprofundar, procurem nossos materiais. Nesse mês está fazendo 10 anos e o POR está fazendo uma campanha para lembrar de junho de 2013. Publicamos uma nota no Jornal Massas anterior, nº 689, que fala sobre os 10 anos, com foco principalmente no Rio Grande do Sul: “10 anos dos levantes de 2013, é preciso retomar a luta da juventude em defesa das suas condições de vida”. Cabe registrar o Rio Grande do Sul teve um grande movimento e lá o governo era do PT, com Tarso Genro, o que mostra que a luta era contra os governos de direita e de esquerda, mas principalmente contra os governos do PT. E no último Jornal Massas, nº 690, publicamos: “10 anos da jornada de junho, “assimilar criticamente essa experiência”, essa ideia é fundamental.

Então, qual o sentido dessa discussão aqui? Só pode ser um, assimilar crítica e auto criticamente a experiência de 2013, para aplicar na nossa realidade concreta. Senão fica só lembrança por lembrança, debate por debate, e isso não tem transcendência nenhuma, não tem importância, se não assimilarmos o que aconteceu, as respostas que foram dadas, os erros que foram cometidos e a correção necessária para esses erros, se não fizermos isso, esse debate não fará sentido. Para nós do POR a ideia é essa, estamos aqui para fazer uma análise crítica e autocrítica do movimento de 2013, já que estamos numa situação atual semelhante em alguns aspectos e pior em outros. Semelhante, já que estamos de novo com o PT no governo federal, e pior em outros aspectos, pois temos 10 anos de profundos ataques à classe operária e demais trabalhadores, como a Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência, terceirização, um golpe de Estado, um governo de ultradireita, uma

pandemia, que matou milhões etc. Uma sequência de ataque nesses 10 anos, ou seja, uma situação dos trabalhadores muito pior. Por isso, a resposta que temos de dar agora é mais urgente do que foi em 2013. Passo agora à caracterização do movimento.

O POR caracteriza às Jornadas de Junho como um movimento de massa, como de fato foi, um movimento que teve um predomínio da pequena burguesia e da juventude explorada, oprimida, principalmente aquela mais ligada aos movimentos sociais e universidades, e também com participação de amplos setores populares, o que significa que a classe operária, o proletariado, não participou desse movimento de forma organizada. É curioso que vemos algumas análises, por exemplo do André Singer, um petista, dizendo que “o proletariado foi para as ruas”, mas o fato de ter proletários nas ruas, ter trabalhadores explorados nas ruas, não significa que seja o proletariado, não significa que seja a classe operária nas ruas, e isso porque a classe atua de forma organizada enquanto classe, não enquanto indivíduos. Nesse sentido, o proletariado não atuou, porque não estava organizado e não participou com as suas reivindicações próprias, com programa próprio de defesa das suas condições de vida.

Foi um movimento que levou as massas às ruas devido às condições concretas de crise, tanto crise política, quanto crise econômica. A crise econômica, que é a mais importante, começava a se manifestar no Brasil, como reflexo da crise mundial, que se iniciou em 2008, nos Estados Unidos, o centro do capitalismo Mundial e se espalhou pelo restante do mundo, se manifestando nos diferentes países. No Brasil, a crise começa a chegar justamente em 2013. Podemos ver isso na tendência decrescente do PIB do país, que era de queda, ainda que positivo. No ano seguinte passa a ter um PIB negativo no último trimestre, e depois em 2015 o PIB negativo o ano todo, ou seja, um ano de recessão. Em 2016 um novo ano de recessão, o que nos mostra que em 2013 já era uma tendência de queda, uma tendência de aprofundamento da crise capitalista no país. E uma crise política que começava a se desenhar, com o PT no poder, e refletia a decomposição dos governos petistas, através de uma série de denúncias de corrupção, tanto da oposição, quanto da situação, um governo que começava a fazer gastos astronômicos com a Copa do Mundo, que naquele ano se manifestava em relação à Copa das Confederações, com desalojamentos, desocupações, para construir estádios, podemos lembrar a luta que teve em Natal, no Rio Grande do Norte, a luta que teve no Rio de Janeiro, por conta das desocupações que eram feitas em nome da Copa do Mundo. Além disso, já se gestava a PL 4330, que era a oficialização da terceirização no país, vindo pelas mãos do PT. É bom lembrar que o governo Temer foi quem concluiu a tarefa de implantar a terceirização, mas começou no governo Dilma, e hoje vemos a profunda crise trabalhista por conta da terceirização, que está penetrada em todos os setores, em todas as categorias, fazendo com que os salários sejam profundamente rebaixados e as condições de trabalho sejam ainda mais precária do que antes. Então vemos que foi uma profunda crise econômica e política, o que está em choque com a análise que foi feita antes aqui (PCdoB), de que o Brasil ia de “vento em popa” etc. Essa ideia, de que estava tudo bem, tudo avançando está em contradição com a própria realidade.

A ausência da classe operária organizada é um dos elementos fundamentais dessa caracterização, o que reflete a ideia principal que é a da crise de direção revolucionária do proletariado. O ano de 2013 não pode ser entendido de outra forma, se não uma manifestação concreta da crise de direção do proletariado, sendo justamente essa crise que fizesse com que o movimento fosse disperso, carregado de bandeiras e reivindicações difusas e confusas, uma tendência apartidária, que inclusive veio desde o MPL, mas que tomou parte das massas. Avanço agora para a análise crítica das diferentes tendências políticas presentes no movimento.

Vamos colocar as diferentes tendências políticas em grandes grupos, ou seja, não vou falar obviamente de cada uma das correntes e par-

tidos, mas separar em grupos. O primeiro, o reformismo, encabeçado pelo PT, mas também com seus satélites, como o PCdoB, o PSOL etc. Essa tendência política tenta descaracterizar 2013, já que o movimento estava em choque com o próprio governo do Partido dos Trabalhadores. Essa tendência atuou no sentido da repressão, no sentido do desvio da luta. Cabe lembrar que Dilma tentou emplacar uma reforma política como resposta aos movimentos de 2013, e essa reforma foi para o buraco, virou nada. Uma outra tendência política importante no início do movimento foi o próprio MPL, ou de forma mais geral o autonomismo, que fracassou completamente. O MPL puxou as manifestações, começou com as manifestações, mas abandonou o campo de batalha no auge da luta, dois dias depois do Alckmin junto com Haddad declararem que não haveria aumento, o MPL se retirou, declarou que não participaria mais do movimento e não chamaria mais manifestações. Isso foi uma capitulação absurda, uma traição absurda, mas não devemos dar mais importância ao MPL do que de fato ele tem, o que é mais importante aqui são as duas próximas tendências políticas: o centrismo e as burocracias sindicais, que são braços do reformismo.

Aquilo que nós chamamos de centrismo, partidos que oscilam entre o marxismo e o reformismo, que fazem discursos com teor marxista, revolucionário, mas colam com reformismo nas eleições, nos apoia a certas políticas ou se submetem aos conciliadores. Essa tendência política se prostroou diante das massas, o que significa que não foi capaz de levantar uma frente de luta para poder impulsionar e direcionar esse movimento, não foi capaz de levantar as bandeiras concretas para os trabalhadores, que era a bandeira do salário mínimo vital. Perceba que essa tendência que reivindica do Marxismo, volta e meia falam do salário do DIEESE, que deveria hoje aproximadamente R\$6.500, mas no momento concreto em que essa bandeira deveria ser colocada, não foi. Não trabalharam por formar uma frente de luta, com a defesa dos salários, que responderia às reivindicações das massas, responderia à questão das tarifas, da saúde e da educação. Por último, o maior responsável pela ausência do proletariado dessa luta foram as burocracias sindicais. Aí está o grande problema, as burocracias que dirigem os grandes sindicatos não foram capazes de organizar os trabalhadores diante de um dos maiores levantes de massa no último período. As burocracias não foram capazes de organizar os trabalhadores. Chegou a haver uma tentativa frustrada no dia 11 de Junho, tratava-se de um Dia Nacional de Paralisação, chamado pela Força Sindical, vejam que interessante, e a CUT teve que ir a reboque da Força Sindical. Houve até uma disputa burocrática, a CUT querendo adotar a reforma política e reivindicações voltadas ao Parlamento. A Força Sindical chegou ameaçar com o “Fora Dilma”. Chegaram a um acordo e as burocracia se juntaram numa paralisação que fracassou. E por que fracassou? Porque foram levantadas bandeiras que conduziam às disputas parlamentares. As massas olharam para aquelas reivindicações e se perguntaram: por que que eu vou parar? Por que vou fazer greve? Afinal, eram reivindicações que não resolveriam seus problemas. Aí se vê que os grandes responsáveis pelo desvio da luta foram justamente as burocracias sindicais, que frearam o movimento, não organizaram as assembleias para poder colocar os trabalhadores em luta por um programa próprio de reivindicações e com seus próprios métodos.”

O tempo se esgotou e tivemos de concluir a intervenção no segundo bloco. O essencial foi retomar a ideia de que o debate só faria sentido se fosse para assimilar criticamente a experiência e trabalhar para superar a crise de direção do proletariado. A situação econômica, política e organizativa dos explorados é ainda pior que há 10 anos. As burocracias atingiram um grau de conciliação com o patronato que nunca foi visto. Nesse sentido, se impõe a tarefa de formar as oposições classistas e revolucionárias no interior dos sindicatos para combater a conciliação de classes, varrer com a burocracia traidora e organizar a classe operária e os demais trabalhadores para lutar por um programa próprio de reivindicações.

Ao 59º Congresso da UNE

Por uma resolução de independência político-organizativa diante do governo Lula, de luta, com um programa de defesa do ensino público, de desburocratização, de estabelecimento da democracia sindical, de unidade operária-estudantil no combate ao capitalismo em decomposição e de constituição de uma direção revolucionária da UNE!

Os delegados do 59º CONUNE têm a tarefa de discutir, criticar e rejeitar as posições da direção da UNE, que manterá a orientação que consta na Resolução Conjuntura, Resolução de Educação e Resolução de Movimento Estudantil, que foram aprovadas no 69º CONEG, em 14 de abril de 2023. Evidentemente, está colocada a apresentação e defesa de resoluções contrárias, que também deverão ser discutidas e analisadas criticamente.

Sabemos que a preparação do CONUNE não foi amplamente voltada à maioria dos estudantes, limitando-se a uma pequena parcela de envolvidos nos centros acadêmicos. Estamos dian-

te, portanto, de um Congresso supra-estrutural e marcadamente definido por traços burocráticos, embora possa ter um número expressivo de delegados. O Congresso da UNE, para ser classista e democrático, deve ser expressão política de um movimento de base, que envolva as massas estudantis e possibilite responder à decomposição do ensino como consequência das leis econômicas e históricas do capitalismo, que estão completamente em choque com as necessidades da classe operária, dos demais trabalhadores e da juventude oprimida.

Não é o que caracterizará o 59º CONUNE, cuja responsabilidade não

é das massas estudantis, mas sim da direção política da UNE, que tem comprometido sistematicamente a independência das organizações e das lutas da juventude.

Um posicionamento programático no Congresso da UNE exige uma crítica e rejeição às resoluções aprovadas no 69º CONEG. Eis por que o objetivo das considerações expostas neste documento é o de demonstrar que a direção da UNE está profundamente comprometida com o governismo. Posição essa que guiará as discussões e decisões do Congresso da UNE, que se realizará de 12 a 16 de julho, em Brasília.

Análise e rejeição às Resoluções do CONEG

As resoluções do 69º CONEG expressam uma estratégia política, que é a de apoio ao governo Lula. A direção da UNE, composta majoritariamente pelo PCdoB e PT, oculta o conteúdo de classe da estratégia e a coloca como se fosse uma simples tática de opor a “democracia” ao perigo do “fascismo”. Nesse mesmo sentido, esses partidos não se veem obrigados a apresentarem ao Congresso da UNE uma caracterização do governo montado por Lula. Assim, o PCdoB, PT e aliados jogam com a necessidade de combater a ultradireita fascitizante, encarnada pelo bolsonarismo, abstraindo o conteúdo burguês da disputa entre frações capitalistas oligárquicas pelo controle do Estado e, portanto, pela fisionomia do regime político.

As forças governistas que comandam a UNE necessitam manter as organizações estudantis subordinadas ao governo Lula, sem dizer que se trata de um governo burguês, por seu conteúdo de classe e de centro-direita por sua forma constitutiva, definida em grande medida pela frente ampla vitoriosa nas eleições. Quando Bolsonaro estava no poder, a direção da UNE subordinou o movimento estudantil à oposição burguesa, da qual o PT e Lula conformavam seu principal pilar, no que diz respeito à capacidade de utilização das organizações operárias, camponesas, populares e estudantis para arregimentar os explorados por detrás de uma das variantes da política burguesa, que concluiu estruturando o atual governo de frente ampla.

Não se pode desvincular as resoluções do 69º CONEG da política anterior do tipo de oposição desenvolvida contra o governo da ultradireita, que teve por bandeira a “defesa da democracia” e, portanto, da montagem de uma frente ampla, que hoje se instalou no Palácio do Planalto, na forma de um governo burguês de centro-direita, que expressa conjuntamente as divisões oli-

gárquicas nos marcos de uma profunda crise econômica, social e política. É a esse governo que a direção da UNE pretende manter subordinados o movimento estudantil universitário e o da juventude oprimida em geral. Como se pode constatar, as resoluções do CONEG forjadas pelo PCdoB, PT e aliados têm por estratégia o apoio ao governo burguês de frente ampla, e, por tática, a colaboração de classes.

A estratégia de defesa do governo Lula é oposta à necessidade de a classe operária se emancipar do domínio social, ideológico e político exercido pela minoria capitalista sobre a imensa maioria oprimida. O que coloca a tarefa histórica da luta político-organizativa pela estratégia própria do proletariado, que é estabelecida pela necessidade da revolução social. A classe operária, os camponeses pobres e as camadas arruinadas da classe média urbana estão obrigadas a se organizar e lutar no terreno próprio da maioria oprimida.

Há muito a história social do Brasil evidenciou a necessidade da aliança dos explorados da cidade e do campo para enfrentar a opressão capitalista, que se realiza tanto por meio da democracia oligárquica, quanto da ditadura fascitizante. As Resoluções da direção da UNE para o CONEG, no entanto, procuraram dar a ideia de que o movimento estudantil não tem outra via a não ser seguir os passos dos partidos democrático-burgueses e pequeno-burgueses. No fundo, se repete a velha política social-democrata e estalinista de subordinação das organizações dos explorados e oprimidos à democracia burguesa, que se traduz na tática de aliança dos explorados com uma das frações de seus exploradores. Está implícita nessa diretriz a negação da democracia dos oprimidos, da aliança operária-camponesa, da luta por um governo operário e camponês e pela ditadura do proletariado – tática e estratégia que correspondem ao programa da revolução social, que livrará os explorados da ditadura de classe da burguesia, que se impõe tanto pela via do regime democrático, quanto do ditatorial, tanto sob um governo democratizante, quanto um fascitizante.

Os estudantes não devem se deixar envolver por preconceitos ideológicos amplamente impostos pela classe dominante e encarada pelas direções acomodadas ao capitalismo e a uma das formas de dominação da minoria sobre a maioria, que é a da democracia burguesa. Há que se lutar por discutir livre e cientificamente o caráter e o conteúdo da política que a direção da UNE ditou ao CONEG e que ditará ao CONUNE. A juventude em geral e os estudantes universitários em particular têm um lugar fundamental a cumprir na luta de classes, justamente porque sua maioria faz parte das massas oprimidas.

O Congresso da UNE, portanto, estará diante do imperativo de arrancar a máscara que oculta o caráter burguês da estratégia e da tática das resoluções da direção, que sequer foram amplamente discutidas entre as massas estudantis e devidamente esclarecidas como guia para a eleição dos delegados. Está claro que somente se pode enfrentar essa posição política pequeno-burguesa e burguesa instalada nas organizações estudantis, caso a vanguarda com consciência de classe lute por resoluções que estejam de acordo com a estratégia de poder, a tática e o método de luta próprios do proletariado.

Sobre a Resolução Nacional do CONEG

A direção da UNE fez com que o 69º CONEG aprovasse sua linha de participação e apoio à frente ampla que elegeu Lula. Considerou que esse foi seu papel fundamental na conjuntura atual. Ressaltou a participação na campanha do “Fora Bolsonaro” e mostrou que em todos os pontos de oposição às medidas reacionárias do governo da ultradireita esteve presente a estratégia política de eleição de Lula.

Obrigada a responder à precarização do SUS, privatização da Eletrobras etc., ao desmonte do Bolsa Família, PROUNI etc., aos ataques contra o IBAMA, FUNAI etc., às medidas contrárias “aos direitos dos Povos Tradicionais” etc. e à precarização dos empregos, a UNE submeteu tal resistência, diga-se passiva, à estratégia eleitoral. Na realidade, a direção da UNE se limitou em grande medida à propaganda oposicionista-eleitoral ao governo Bolsonaro. Não se dispôs a organizar as assembleias nas universidades, a impulsionar a ação de base a partir dos Centros Acadêmicos e a mobilizar as massas estudantis para as ruas. Seguiu cegamente a campanha do “Fora Bolsonaro” e da “CPI”, cujo objetivo era o de preparar o terreno para as eleições presidenciais. Nesse caminho, o PCdoB e PT subordinaram a UNE à frente ampla burguesa, que acabou incluindo partidos ou fração de partidos da velha ordem capitalista.

O programa de reivindicações, voltado à educação, ao contrário do aprovado no CONEG, na realidade, não tem como fazer parte da política de conciliação de classe e de subordinação à democracia burguesa oligárquica dessa direção. É contraditório com a estratégia burguesa de poder, com a democracia capitalista e com os métodos parlamentares.

É sintomática, nesse sentido, a exortação de que a UNE se “reinventou com diversas mobilizações digitais e simbólicas”, e que com esse meio se derrubou o Ministro da Educação, adiou o ENEM, conquistou a volta do FUNDEB e realizou outras façanhas exitosas. Os fatos mostram que tais acontecimentos fizeram parte da política da oposição burguesa. Não houve, infelizmente, nenhuma conquista que tenha sido arrancada da burguesia e de suas forças políticas.

O balanço de atividade que introduz a Resolução de Conjuntura para o 69º CONEG da UNE está de acordo com

o conteúdo social de sua política voltada a colocar nas mãos do governo burguês de Lula e da frente ampla que resolvam os problemas que afetam a universidade e o ensino em geral. No fundo, trata-se de uma orientação típica do nacionalismo pequeno-burguês em franca decomposição, haja vista a longa experiência deixada pelo reformismo petista impotente diante da oligarquia burguesa e incapaz de enfrentar a opressão imperialista.

A essência dessa política estatizante da UNE está imprensada no seguinte reconhecimento: “Impulsionados pelas mobilizações de rua, conjugamos uma frente ampla democrática, fortalecida no 2º turno, com amparo na candidatura Lula. (...) Não foi apenas o povo brasileiro que viu com bons olhos a eleição de Lula. Diversos chefes de Estado se apressaram a reconhecer e cumprimentar o Presidente eleito.” Está aí bem visível a posição desses nacionalistas e reformistas de classe média em reconhecer os cumprimentos dos chefes de Estado imperialistas, a exemplo de Biden, que lidera a coalizão de potências que transformaram a Ucrânia em bucha de canhão dos interesses do capital financeiro e monopolista, e que se vale do poderio da OTAN para impulsionar a escalada bélica mundial.

Segundo a direção da UNE, Lula servirá ao “multilateralismo”, em contraposição ao “bloco hegemônico”. Trata-se de uma fantasia que pressupõe que o governo Lula está disposto e tem capacidade política para se chocar com o poder hegemônico dos Estados Unidos. O objetivo nacional da política reformista, por sua vez, seria o de “desbolsonarização do país”. O que implicaria uma disputa política no interior do governo de frente ampla, cabendo, portanto, à UNE servir de instrumento das disputas interburguesas no interior do Estado capitalista.

As ilusões pequeno-burguesas de que estão em disputa “reformas estruturantes” - como “política agrária, tributária e urbana”, bem como a “democratização dos meios de comunicação”, a “reindustrialização”, a “geração de empregos dignos, principalmente para a juventude”, e o “desenvolvimento sustentável” - obscurecem a decomposição do capitalismo, a intensificação das pressões do imperialismo, a incapacidade da burguesia nacional de encarnar verdadeiras transformações estruturais e a impotência da política do reformismo burguês do tipo petista, cuja raízes históricas se encontram na social-democracia e no estalinismo.

O Congresso da UNE deve aprovar uma linha política completamente oposta à da Resolução de Conjuntura do CONEG. O embate se dará em torno à independência ideológica, política e organizativa da UNE, ao programa de reivindicações, à democracia sindical e ao método de luta.

Resolução de Educação do CONEG

O fundamento da tese sobre a educação da direção da UNE está em apoiar “políticas públicas” do governo de colaboração de classes. Eis: “O novo ciclo político que o Brasil vive, sob o governo Lula, nos dará a possibilidade de enfrentar as enormes mazelas que vivemos na educação e posicionar a Universidade no centro de projeto nacional de desenvolvimento que aponte para uma educação que seja popular, gratuita, democrática e qualidade social referenciada.”

As “políticas públicas”, a que se refere o velho sonho reformista da “democratização do acesso à universidade”, cujas medidas até então adotadas pelos governos burgueses, ditos progressistas pelo PT e PCdoB, sobretudo, foram: “o ProUni, o Novo Fies, o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Novo Enem, o Sistema de Seleção Unificado (SISU) e a

mais significativa de todas a Lei de Cotas”. Segundo essa Resolução, esses feitos possibilitaram colocar a universidade “no enfrentamento das desigualdades regionais”.

A direção da UNE quer que os estudantes acreditem que agora está posta a retomada do “projeto nacional de desenvolvimento”, com a derrota de Bolsonaro e a volta de Lula à presidência da República. O que se espera é que se consiga “garantir a aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil” e manter a “política de ação afirmativa”. A direção que tanto preza o “desenvolvimento nacional”, sob o domínio da burguesia oligárquica e da manutenção do poder do capital imperialista sobre os ramos fundamentais da economia, advoga que a UNE continue prostrada diante do ensino privado.

Depois de colocar na lista de medidas voltadas ao ensino público (REUNI) as de caráter privado, a exemplo o ProUni e FIES, como via para o acesso ao ensino superior e para o enfrentamento às desigualdades regionais, a direção da UNE se curva diante dos números sobejamente conhecidos: “o Ensino Superior Privado concentra cerca de 75% das matrículas”. A contribuição do Estado e de todos os governos – também o de Bolsonaro – à iniciativa privada é a de subsidiar o empresariado da educação com os programas ProUni e FIES.

A desfaçatez política refletida na Resolução é tão desavergonhada que conclui com um belo palavreado: “A educação não pode estar ligada à lógica de mercado”. Do começo ao fim, o conjunto das Resoluções da direção da UNE se põe, na prática, a serviço da “lógica do mercado”. Estaria sendo verdadeira, se defendesse a estatização sem indenização do ensino privado como parte do programa geral da classe operária de expropriação revolucionária da propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social. Mas, o reformismo age sempre em função da preservação das relações capitalistas de produção, portanto, da “lógica do mercado”.

A proposição de que “a UNE intensifique a luta pela regulamentação das universidades privadas” se contrapõe à luta por um sistema único de ensino público, o que implica a estatização do sistema privado dominante, altamente lucrativo e parasitário dos recursos públicos.

Para agravar o caráter reacionário da posição da direção da UNE, a Resolução oculta o fato de o capital imperialista ter penetrado amplamente no ensino empresarial. A desnacionalização do sistema privado universitário vem ganhando terreno no ciclo de expansão das matrículas, agora impulsionadas pelo Ensino a Distância (EAD). É esse movimento capitalista que explica o fato de 87,6% das instituições de educação superior serem privadas. O que a direção da UNE pretende com a “regulamentação das universidades privadas” é obter do governo o “fim dos 40% online em curso presenciais e os aumentos abusivos de mensalidades”.

Vamos supor que, por um milagre, o governo de frente ampla de Lula e os seus aliados do Centrão concordassem em contrariar os interesses dos proprietários das universidades privadas quanto a esses dois propósitos da UNE, o que mudaria no controle privado do ensino superior e no processo de desnacionalização? Nada de substancial! São tantos os problemas da educação, que os seus pretensos reformadores do ensino superior se apegam a um ou outro aspecto para ocultar o todo. A forma de tomar uma questão – a exemplo da modalidade online e das altas mensalidades – e propor uma limitação é a confissão da impotência do reformismo e de seu caráter contrarrevolucionário, uma vez que desvia e bloqueia a luta das massas estudantis e da juventude por suas reivindicações e por seu entroncamento com as lutas da classe operária.

O PT, o governo Lula, os aliados e a frente ampla burguesa cumprem o papel de trava à independência política e organizativa dos sindicatos e das organizações estudantis. Usam, evidentemente, as relações típicas da democracia oligárquica e a imprescindível colaboração das direções sindicais. A Resolução de Educação do

CONEG expressa, inconfundivelmente, a estratégia de apoio ao governo burguês de Lula, de forma a evitar que as massas estudantis e a juventude se levantem sobre a base de um programa próprio de defesa do sistema único de ensino público, laico e gratuito, sob o controle de quem estuda e trabalha.

O Congresso da UNE tem de rejeitar as imposturas de sua direção sobre o programa e as tarefas do movimento estudantil, e aprovar resoluções que de fato sirvam de guia para a luta e organização independente das massas jovens oprimidas.

Resolução de movimento estudantil do CONEG

O movimento estudantil se expressa concretamente por suas organizações, seu programa de reivindicação, sua democracia, seus métodos de luta, seus enfrentamentos com a política educacional do governo burguês de plantão, pelas forças políticas que atuam em seu interior e pela independência diante do Estado e dos partidos da burguesia. De conjunto, esses fatores objetivos indicam se o movimento estudantil se desenvolve como uma força transformadora sob a direção da classe revolucionária por excelência que é o proletariado, ou se está subordinado a esmolar algumas concessões do poder exercido pela oligarquia capitalista e pela influência externa do imperialismo.

A segunda condição é a que tem imperado no interior da UNE. As Resoluções do 69º CONEG, que aqui analisamos e criticamos, são a prova material de que o movimento estudantil tem sido condicionado pela política de colaboração de classes e de subordinação às instituições do Estado burguês. Não há dúvida de que questões como as que se referem à bolsa de estudo, ao Fundeb, ao ENEM, à permanência estudantil, às cotas, ao FIES e ao EAD dizem respeito à política educacional e à vida escolar das massas estudantis. Demonstramos anteriormente que a direção da UNE não as diferencia, as toma como fim em si mesmas e as apresenta como respostas à crise estrutural da educação, que devem ser levadas adiante pelo governo de Lula. No fundo das questões e respostas como essas expostas no balanço da direção da UNE sobre o movimento estudantil se encontram os condicionamentos do capitalismo, da sociedade de classes, em geral, e da situação de crise econômica e social profunda, em particular.

A linha estabelecida pela direção da UNE reforça a coexistência do ensino privado dominante nas universidades e do ensino público subalterno. Nenhuma dessas medidas - ou em seu conjunto - alterou essa relação em favor da universidade pública, de forma a definir a educação mercadológica, como concebe o reformismo ou pseudo reformismo do PT, PCdoB e aliados. Nenhuma, de fato, abriu caminho para as camadas mais pobres e miseráveis da juventude terem acesso ao ensino superior. Nenhuma resolveu a grande evasão de boa parte dos estudantes que conseguiram pôr um dos pés na universidade pública ou privada. E o fenômeno da evasão, por incrível que pareça, ocorre relativamente em maior magnitude no sistema público. Sabemos, certamente, o quanto a universidade privada fabrica diploma. Mas, a questão fundamental está em que apenas uma pequena parcela dos estudantes que conclui a educação básica consegue prosseguir em seus estudos, e muitos desistem no começo ou no meio do caminho.

Não há como – e não é correto – desvincular os problemas particulares do ensino superior dos problemas estruturais do sistema escolar como um todo. Não é o caso de detalhar os dados governamentais sobre o fundo econômico e social da decomposição crescente do ensino brasileiro. Basta a constatação de que a maioria dos jovens tem de trabalhar em condições precárias, e, assim, o capitalismo a mantém fora do ciclo de progressão escolar. Uma outra parcela significativa está obrigada a trabalhar oito ou mais horas, o que torna quase impossível o acompanhamento

da “aprendizagem”. Somente a minoria, 25,2%, tem como apenas estudar. Nesse quadro catastrófico, é mais grave a situação da mulher e dos negros.

Nada do que a direção da UNE vem defendendo como políticas públicas para a educação tem servido à esmagadora maioria da juventude oprimida. Suas ações se limitam a uma semiproteção para uma minoria da juventude pobre, em boa medida da classe média arruinada. Nisso reside o caráter reacionário do reformismo.

A direção da UNE, como se pode comprovar com suas resoluções do 69º CONEG, submete o movimento estudantil a questões restritas à minoria, ou então à minoria da minoria. Como essa minoria se “divide” desproporcionalmente entre a universidade pública e privada, a grande maioria dessa minoria depende do ensino superior privado. A política pública, seja de um governo de ultradireita ou de esquerda, ou de centro-direita, como o de Lula, se guia pela realidade social que marginaliza e expulsa milhões de jovens da escola e impede a aprendizagem mais elementar (é o que mostra o peso bárbaro do analfabetismo e semi-analfabetismo).

Um balanço real e consistente das diretrizes da direção da UNE para o movimento estudantil nos leva à conclusão de que se apoia na política burguesa, que separa a minoria oprimida da maioria oprimida, que mascara os problemas que atingem a maioria com políticas públicas dirigidas à minoria. Nesse marco social, combina respostas limitadas às necessidades do ensino público com respostas dirigidas aos interesses do ensino privado.

É preciso rejeitar e combater frontalmente as Resoluções privatistas e discricionárias da direção da UNE. Está colocada a luta pela unidade da maioria oprimida da juventude contra as relações capitalistas de produção, exploração do trabalho da imensa maioria e toda forma de discriminação, que daí se gesta e projeta a barbárie social do desemprego, do subemprego, da informalidade, da pobreza, da miséria e da fome.

É obrigatório tratar as questões da educação e ensino-aprendizagem do ponto de vista das condições sociais e das necessidades da maioria oprimida, o que leva, inevitavelmente, o movimento estudantil a vincular a escola com a produção social, a teoria com a prática, a democracia universitária com a democracia fabril proletária. Sobre a base dessas considerações críticas às Resoluções do 69º CONEG, o Partido Operário Revolucionário (POR) e a Corrente Proletária da Educação trabalham para que o Congresso da UNE aprove resoluções voltadas a unir a maioria oprimida da juventude em torno a um programa de reais transformações da educação e da estratégia da revolução social.

Conclusão

O 59º Congresso da UNE deve rejeitar a linha política traçada pela direção da UNE no 69º CONEG, que, sem dúvida, amparará as suas resoluções. A crítica e o combate às posições governistas, colaboracionistas e privatistas às resoluções do CONEG são imprescindíveis para a luta que se deve travar no Congresso. Já contêm os fundamentos econômicos, políticos e de classe, para os delegados aprovarem resoluções que armem o movimento estudantil no campo da independência político-organizativa, diante dos partidos da burguesia ou que a servem, como é o caso do PT e PCdoB, e diante dos aparatos do Estado capitalista.

Temos consciência e compreensão de que a direção burocrática exerce uma poderosa hegemonia de aparato, graças aos seus vínculos com a política e instituições da classe exploradora, bem como com uma camada acomodada da pequena-burguesia. Mas, suas respostas, que procuram conciliar o sistema público com o sistema privado de educação, estão em choque com a realidade social e educacional da imensa maioria da juventude oprimida.

A luta da vanguarda com consciência de classe, sobre a base de respostas que unifiquem a maioria em torno ao programa de defesa do acesso de todos os jovens em todos os níveis de estudo e da transformação revolucionária do sistema burguês de ensino, tem tudo para avançar. Está posta a tarefa de romper o controle político e aparelhista das organizações estudantis exercido há muito pela aliança do PT e PCdoB. Essa é uma luta estratégica, de constituição de uma fração proletária no seio do movimento estudantil e da juventude em geral.

O desenvolvimento de princípios programáticos e de reivindicações que unam a maioria em luta é o ponto de partida. Nas condições atuais, que se diferem politicamente das anteriores sob o governo de Bolsonaro, está colocado o combate ao seguidismo governista da direção da UNE ao Lula e à frente ampla burguesa que se constituiu nas eleições. Nesse sentido estratégico, está colocado o objetivo de constituir uma oposição revolucionária ao governo de colaboração de classes.

A classe operária, os camponeses, as camadas empobrecidas da classe média urbana e a juventude oprimida inevitavelmente têm de esgotar suas ilusões no reformismo e no colaboracionismo classista. É por meio da experiência realizada pelo movimento de massa por suas reivindicações que as ilusões se dissolverão e a independência político-organizativa avançará.

O 69º CONEG e 59º CONUNE que se realizará logo mais evidenciam a gravidade da crise de direção revolucionária, que afeta o movimento social em seu conjunto e, em particular, o movimento estudantil. Questões como: 1) acesso de toda juventude ao ensino, em todos os níveis; 2) condições para seguir e concluir todos os níveis de escolaridade; 3) superação do analfabetismo e semi-analfabetismo; 4) fim do ensino a distância; 5) vínculo do ensino com a produção social, unidade entre a teoria e a prática; 6) estatização sem indenização do sistema privado e constituição de um sistema único de educação pública; 7) controle de quem estuda e trabalha de todo o processo de educação, ensino-aprendizagem; 8) autonomia e democracia escolar em todos os níveis; 9) constituição de um co-governo da universidade eleito diretamente e formado pelos três setores, estudantes, professores e funcionários, regido pela soberania da Assembleia Universitária; 10) liberdade de livre expressão, de cátedra, de participação política e de organização; 11) emprego a todos os jovens, compatível com os estudos; 12) fim da informalidade; 13) salário mínimo vital; 14) superação do corporativismo que separa o movimento secundarista e do universitário; 15) participação organizada da juventude nas lutas operárias, camponesas e populares.

Esses pontos devem ser discutidos e amadurecidos no interior das organizações e do movimento estudantil. Um passo que se dê na discussão e na aprovação de resoluções no Congresso da UNE será um avanço na organização independente dos estudantes e na superação da crise de direção revolucionária.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS



34 anos
da fundação do
Partido Operário
Revolucionário

1989
2023

No Jornal Massas anterior, iniciamos a campanha dos 34 anos do Partido Operário Revolucionário (POR), fundado em 1 e 2 de julho de 1989. Abrimos expondo as bases programáticas e seu vínculo internacional com a integração ao Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), particularmente com Guillermo Lora, dirigente do POR boliviano, quando o partido dava seus primeiros passos. Neste jornal, faremos uma síntese dos dois primeiros Congressos, da Resolução de rompimento com o PT e do folheto “O reformismo do PT e a falência das esquerdas”. Nos primeiros documentos, comparecíamos como Tendência, daí a sigla T-POR. A partir da aprovação do programa, em 1993, passamos a assinar como POR.

1º Congresso – 1 e 2 de julho de 1989

O primeiro Congresso da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (T-POR) teve o objetivo de reunir militantes provenientes da corrente Causa Operária (hoje PCO) e de estabelecer as diferenciações políticas em relação às correntes de esquerda, principalmente em relação à estratégia da revolução e ditadura proletárias e às táticas correspondentes. Portanto, a T-POR nascia em choque com o frentismo eleitoralista, que havia tomado conta do PT e de correntes revisionistas do trotskismo, como Democracia Socialista (DS - mandelista), O Trabalho (lambertista), Convergência Socialista (hoje PSTU - morenista) etc.

Sobre essa base programática, a Resolução Internacional aprovada partia da caracterização da profunda crise mundial do capitalismo, do esgotamento da partilha pós-segunda guerra mundial, do choque entre a necessidade de expansão das forças produtivas e as fronteiras nacionais, dos desequilíbrios comerciais entre as potências e da proliferação de conflitos bélicos pelo controle de fontes de matérias-primas. Diz que as soluções impostas pelas potências, como os blocos econômicos, acabam aguçando a guerra comercial. Ressalta que as exigências por parte dos países imperialistas de maior abertura das economias estatizadas, em especial a Perestroika de Gorbachev, objetivavam a quebra das tendências revolucionárias em outras partes do mundo, bem como a necessidade da revolução política nos países controlados pelas burocracias restauracionistas. Em relação aos países semicoloniais, a política é a de acirramento da opressão nacional e maior saque de suas riquezas. Essas soluções imperialistas acabam retratando tão somente que o capitalismo em sua fase imperialista é de destruição de forças produtivas e de maior opressão sobre as economias mais atrasadas. E que não há outra via a não ser responder com o programa da revolução proletária e os métodos da luta de classes.

Em relação à situação nacional, assinala que a crise econômica no Brasil é uma manifestação particular da crise mundial do capitalismo. A mesma lei geral do desenvolvimento desigual e combinado se reproduz no Brasil semicolonial, trazendo à tona os desequilíbrios regionais, ou seja, polos mais avançados do capitalismo e polos pré-capitalistas. Os países imperialistas estão obrigados a descarregar cada vez mais a crise sobre as economias das semicolônias, ampliando a opressão nacional e alastrando a barbárie social. A estratégia do internacionalismo proletário tem suas raízes nessas contradições, como a única resposta para pôr abaixo o regime econômico monopolista de propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social.

Do ponto de vista político, a Resolução expõe a enorme crise com o desmoronamento do governo de José Sarney e o fracasso dos planos econômicos. Diz que a conjugação da crise econômica e política provocou o ascenso dos movimentos grevistas, em especial as greves operárias. O que obrigava as forças burguesas que sustentavam o governo a evocarem o “Estado de Defesa” e imporem a Lei de Greve, no sentido de conter o ascenso das massas. A estratégia burguesa das eleições foi impulsionada, não só por frações da burguesia, mas também pelas direções sindicais vinculadas ao PT. Assim, a democracia formal é manejada para ocultar a ditadura de classe da burguesia e subordinar a classe operária e demais trabalhadores às relações do Estado. A política de alimentar as ilusões democráticas, fartamente utilizada pelo PT e aliados, e as ameaças golpistas, difundidas pela fração burguesa direitista, foram decisivas para esvaziar o ascenso grevista, canalizando para as eleições presidenciais de novembro de 1989. Nessas condições convulsivas da luta de classes, o PT comparecia como uma alternativa democrático-popular para dirigir o Estado burguês. A Resolução conclui assinalando que a estratégia democrático-popular e a tática eleitoralista estão na contramão do objetivo histórico do proletariado. E que cabe à vanguarda trabalhar pelo desenvolvimento do programa e da estratégia revolucionária, que se opõem à estratégia ditada pelo PT.

A Resolução Sindical aprovada nesse Congresso, por sua vez, traz a demonstração do papel traidor da burocracia cutista, braço do PT no movimento operário. Destaca a integração rápida da burocracia nas relações do Estado burguês, o que mostra a inviabilidade do reformismo petista de defender a independência de classe diante dos capitalistas. A tarefa da vanguarda é a de criar as oposições sindicais revolucionárias, sobre a base das reivindicações vitais, do método próprio de luta e da estratégia do governo operário e camponês.

Do ponto de vista geral, o documento do 1º Congresso assinala que é preciso superar a crise de direção. Faz um avaliação crítica das correntes de esquerda e conclui dizendo que a T-POR nasce nessa difícil situação para organizar a vanguarda em torno ao programa e à elevação política da classe operária e demais oprimidos no sentido da revolução e ditadura proletárias.

Conferência Extraordinária de Ruptura com o PT

Em maio de 1990, depois de ter chamado o Voto Nulo nas eleições de 1989, em que disputavam Fernando Collor e Lula, a T-POR realizou uma Conferência Extraordinária, onde formalmente rom-

peu com o PT. Também foi aprovado o documento “Resolução sobre o PT e as Eleições”, em que mostra seu curso de adaptação ao Estado burguês. Destacamos uma passagem que sintetiza o objetivo estratégico do PT: “O PT está consolidado com um partido reformista pequeno-burguês. Por detrás do monumental empenho de se tornar uma força eleitoral capaz de ser uma alternativa democrática entre os partidos capitalistas está a análise da possibilidade de desenvolver o capitalismo nacional independente da opressão imperialista (...) Esta posição histórica leva o partido a defender a democratização do Estado capitalista, em detrimento de sua destruição. As tarefas nacionais, típicas de um país semicolonial (...) são tidas como possíveis de realização no âmbito do regime capitalista. Para isso, bastaria democratizar o Estado e estabelecer novas relações de forças, obtidas pela frente popular”. Diante dessas posições, as Convenções do PT consolidaram a concepção de partido de massa policlassista e condenaram a concepção marxista-leninista de partido de quadros.

A estratégia democratizante do PT foi responsável pela estruturação de uma burocracia sindical impulsionadora da política de conciliação, oposta à luta de classes, entre capital e trabalho. O documento critica a posição das correntes que se reivindicam trotskismo, em particular O Trabalho, que acatou o regulamento das tendências internas ao PT para não ser expulso. Ressalta que a T-POR levanta a necessidade histórica de construção do partido operário revolucionário, o que implica o combate às posições do PT e aliados e a defesa do programa de fim do capitalismo e edificação do socialismo, que só pode ser encarnado pela classe operária consciente.

Por fim, a T-POR considera esgotada a possibilidade de defender, no interior do PT, a política do proletariado. Não acata o regimento que regulamenta as tendências e se coloca pela luta para derrotar a estratégia reformista do PT e sua concepção de partido policlassista. Eis: “A T-POR rompe com o PT e chama os militantes classistas a se colocarem pela construção do programa e do Partido Operário Revolucionário”.

POR publica o folheto “O reformismo do PT e a falência das esquerdas”

Ainda em 1990, a T-POR divulga o documento “O reformismo do PT e a falência das esquerdas”, onde reúne as formulações político-estratégicas, que serviram de base para o programa, aprovado em 1993.

O folheto é constituído dos seguintes pontos: 1) a estratégia do reformismo; 2) o PT e o Leste Europeu. A capitulação democrática frente ao imperialismo; 3) o PT e o socialismo. O socialismo reformista e o socialismo marxista; 4) o PT e a estrutura semicolonial do Brasil. O reformismo e o caráter da revolução no Brasil; 5) o PT, a crise econômica e o Plano Collor. O PT não é capaz de enfrentar a política econômica de Collor; 6) o PT e a concepção de partido. Partido de massa e partido de quadros; 7) o PT e as correntes de esquerda. A falência estratégica das esquerdas petistas; 8) superar a crise de direção. Romper com o PT para construir o partido revolucionário.

A crítica programática à integração do PT ao Estado burguês, à política de frente-popular, às alianças com partidos oligárquicos nas disputas eleitorais, à submissão dos sindicatos à diretriz da conciliação de classes, às posições imperialistas diante da restauração capitalista na Rússia e Leste Europeu, à adaptação das correntes de esquerda frente ao regimento de funcionamento das tendências internas e a via para superar a profunda crise de direção revolucionária do proletariado sintetiza a luta contra o reformismo

A Resolução Sindical aprovada nesse Congresso, por sua vez, traz a demonstração do papel traidor da burocracia cutista, braço do PT no movimento operário. Destaca a integração rápida da burocracia nas relações do Estado burguês, o que mostra a inviabilidade do reformismo petista de defender a independência de classe diante dos capitalistas. A tarefa da vanguarda é a de criar as oposições sindicais revolucionárias, sobre a base das reivindicações vitais, do método próprio de luta e da estratégia do governo operário e camponês.

e o pseudo-trotskismo pela edificação do partido revolucionário. Trata-se de uma análise do curso tomado pelo PT, que vai de sua origem ao rompimento da T-POR, objetivando demonstrar que o PT concluiu seu ciclo de integração ao Estado capitalista, o que o inviabilizou a ser um partido independente da classe operária, capaz de dirigir a maioria oprimida contra a exploração e opressão de classe. Portanto, se firmava como partido pequeno-burguês eleitoral, destinado a sustentar o capitalismo em desintegração.

Nessa breve síntese, destacamos a seguinte passagem: “As formulações do programa democrático-popular, da frente popular, da democracia como valor estratégico, do socialismo democrático (socialdemocrata) e do partido aparelhista eleitoral, estabelecendo liames materiais com organismos pró-imperialistas, coloca o PT numa posição contrarrevolucionária perante a profunda crise capitalista, o que significa jogar um papel de obstáculo à organização independente do proletariado e de sustentação da opressão de classe”.

A confirmação desse prognóstico se evidenciou nos 14 anos dos governos petistas, de Lula e Dilma e, agora se torna definitivamente patente com a volta de Lula. Esse documento, divulgado na forma de folheto, certamente, definiu o curso do POR com partido marxista-leninista-trotskista.

2º Congresso

Dois anos depois da fundação do POR, em 1 e 2 de junho de 1991, ocorreu o 2º Congresso. O Congresso precisou ser adiado em função da brutal repressão sofrida pelo POR, em particular a um de seus dirigentes, Manoel Boni, em decorrência da desocupação da Vila Socialista, em dezembro de 1990, no município de Diadema, que tinha como prefeito o petista José Augusto. A T-POR, apesar de possuir um pequeno núcleo de militantes, teve de responder à campanha reacionária do reformismo e de algumas correntes de esquerda, entre elas o Causa Operária, que se colocaram contra a autodefesa no momento da desocupação, se aliando ao pacifismo burguês diante da repressão do Estado. As mortes, as prisões e a perda da mão do militante porista Manoel Boni exigiram um esforço fenomenal do partido, para responder a campanha burguesa contra as ocupações de terreno por parte dos sem-teto e, fundamentalmente, a resistência aos despejos policiais. Assim, o 2º Congresso refletiu esse brutal acontecimento e pôde evidenciar o quanto o PT estava a serviço de administrar os negócios dos capitalistas, apesar do discurso oportunista de defesa da vida dos pobres e oprimidos.

A Resolução sobre a situação internacional expõe que a política das potências imperialistas de constituição dos blocos econômicos não ampliou os mercados e não amenizou a guerra comercial, ao contrário, a tendência era a de potenciar os conflitos mundiais. Analisa a vitória das potências com a sujeição da burocracia restauracionista russa, agravada com a abertura promovida pela Perestroika. Eis uma das passagens: “A impossibilidade da revolução política na Rússia, que desbanque a burocracia traidora e desenvolva o internacionalismo proletário favorece o imperialismo que necessita de campo para suas manobras”. O acerto desse prognós-

tico se evidenciou, seis meses depois, com o dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em dezembro de 1991. A Resolução ressalta os levantes no Leste Europeu contra a burocracia estalinista, mas careciam de direção revolucionária. Em relação à América Latina, o documento expõe o Plano Bush, intitulado “Iniciativa para as Américas”, que visa à unidade do Continente sob a égide do imperialismo norte-americano. A crise econômica e o esgotamento da partilha do mundo pós-segunda guerra mundial aguçaram a luta dos explorados em várias latitudes. No entanto, não puderam contar com uma direção revolucionária capaz de unificar e impor o programa de destruição do capitalismo e edificação do socialismo.

A Resolução sobre a situação nacional analisa a linha pró-imperialista do governo Collor, de privatizações e violentos ataques às condições de vida das massas. Enfatiza o caráter de classe do governo recém-eleito. Diz: “O caráter de classe do governo civil corresponde à necessidade da dominação burguesa em circunstâncias de crise e revolta dos trabalhadores. A democracia burguesa funciona como uma máscara da ditadura civil para as conveniências da burguesia, entre elas a do controle dos explorados pelas ilusões democráticas”. A diretriz pró-imperialista do governo Collor agravou as contradições interburguesas e a crise social. A crise de governabilidade, ou seja, da capacidade de centralização

das forças burguesas no Estado, se agudizou. Essa constatação se confirmou, um ano depois, em dezembro de 1992, com o impeachment de Collor.

O grave da situação convulsiva estava na conduta do PT, de cada vez mais se apresentar como uma alternativa de poder, diante do fracasso de partidos orgânicos da burguesia. Como controlava as direções sindicais, a política de freio às greves e manifestações se potenciou, favorecendo a conciliação de classes ao invés da luta direta contra o governo pró-imperialista. O documento do Congresso enfatizou a política do proletariado, que é a de impulsionar as tendências de combate dos explorados pelas reivindicações vitais, combinando com a defesa da estratégia do governo operário e camponês, resultado da revolução e ditadura proletárias.

Para concluir essa síntese do 2º Congresso, transcrevemos a passagem: “A defesa da linha revolucionária e da bandeira da construção do POR no interior dos movimentos dirigidos pelo PT/CUT será fundamental no próximo período. Frente à crise objetiva de direção, a bandeira de formação, em nível nacional, do POR é de valor estratégico. Coincide com a necessidade objetiva do proletariado se constituir enquanto classe revolucionária, capaz de destruir o capitalismo, pôr em pé o Estado operário e desenvolver o internacionalismo marxista”.

Nesta edição:

- Argentina:

8,4% de inflação em abril, 108,8% no ano!
Precisamos de um plano de luta nacional! Há que paralisar o país!

- Trotsky:

O programa de paz



**Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

8,4% de inflação em abril, 108,8% no ano! Precisamos de um plano de luta nacional Há que paralisar o país!

Novo recorde de inflação. Em 4 meses deste ano, os preços acumularam alta de 32%. Alimentos e bebidas voltaram a encaixar os aumentos, com 10,1%. Carnes, verduras, legumes, lácteos e ovos, pão e cereais acumulam um aumento de 115% no ano. A situação é dramática, insuportável para a grande maioria pobre, que cada dia está mais pobre.

O governo acumula fracassos atrás de fracassos, desde a sua “guerra à inflação” até a promessa que reduziria a 3% para o mês passado. Após este último anúncio em novembro, a inflação disparou mais ainda e, sempre andam buscando algum culpado, no mês, para justificar a elevação sem controle dos preços.

O pretexto deste mês foi a corrida cambiária, que elevou o dólar paralelo a mais de \$500. Mas, também o próprio governo reconheceu uma cotização do dólar para exportadores 50% mais caro. Dizem que não têm dólares, mas não fazem nada para recuperar os que saíram, nada fizeram para defender saldos favoráveis no comércio exterior, nem fizeram nada para impedir as manobras especulativas. Se esta fosse uma das causas da inflação há que responder que eles próprios são responsáveis por não ter tomado nenhuma das medidas necessárias para evitá-lo.

Tampouco é um fenômeno psicológico, como voltou a afirmar o Presidente Fernández. É real. É um processo permanente de saque dos nossos salários. O que mostra a incapacidade e covardia do governo para enfrentar essa principal calamidade.

Já indicamos as medidas elementares para baixar a inflação, mas há a decisão política do governo de não agir. É preciso desconhecer o programa do FMI que é inflacionário, não desvalorizar ainda mais o peso, congelar todas as tarifas e combustíveis, congelar o preço do transporte, reduzir drasticamente a taxa de juros em pesos de toda a dívida, para começar a desconhecer a dívida externa. Desde que se assinou o acordo com o FMI a inflação se duplicou. Seus planos provocaram desastre em nosso país e no mundo inteiro.

Há que monopolizar o comércio exterior e o sistema financeiro, para acabar com o contrabando e abastecer em primeiro lugar o mercado nacional, para que não fuja nem mais um dólar, para interromper a bola gigantesca do endividamento em pesos, que se potencia com a elevação da taxa de juros.

Quase não tem sentido discutir percentuais. Quanto se multiplicou, nos últimos meses, o custo de vida? Com alugueis impa-

gáveis? O que há que discutir é como fazer para impor um salário que cubra o custo de vida para todos os trabalhadores, com carteira ou sem carteira, e que seja reajustado a cada mês de acordo com a inflação real dos preços.

Como fazer para impor esta luta desde as bases, desde cada posto de trabalho, desde cada sindicato. Uma luta generalizada para golpear, com um único punho, o governo e os patrões.

Governo e burocratas miseráveis continuam chamando o diálogo com empresários, a mesa de negociação, que sempre fracassou. Isto é pura lorota para esconder sua incapacidade de agir.

Estamos em meio a uma crise extraordinária. Nem governo, nem oposição, nem partidos políticos, nem direções sindicais e nem os empresários têm uma saída para essa situação. Todos concordam que a situação é grave, mas não sabem como governar, o que fazer. Qualquer medida que venha a tomar acaba deteriorando ainda mais a situação das massas. Já experimentaram de tudo, o resultado é o fracasso.

O peronismo no governo prometia reverter os desastres do

macrismo, que redistribuiria o ingresso, que atenderia primeiro aos “últimos”, aos mais necessitados, provocando uma ilusão que se quebra. A verdade é que se ajoelhou desde o início perante os grandes capitalistas e o FMI e agora pedem novamente que votem neles.

Somente a classe operária pode ter uma saída, uma resposta independente, porque não tem amarras com a propriedade privada dos meios de produção, com os bancos, com os latifundiários e com o capital financeiro. Por essa razão pode tomar em suas mãos suas próprias reivindicações e a de todos os oprimidos. Tem de aplicar seus próprios métodos de luta e de organização, sua própria estratégia política. Deve partir da convicção de que não há saída no capitalismo em decomposição. Não há que despertar a mínima ilusão nas eleições, pelo contrário, devemos combater todas as ilusões e confiar exclusivamente em nossas próprias forças, em nossa organização e unidade, em nossa própria política.

(Extraído do *Jornal Massas*, 435, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

A guerra na Ucrânia chegou ao ponto de que a bandeira da paz começa a ser utilizada pelo imperialismo e, assim, pelo governo títere de Zelensky O marxismo-leninismo-trotskismo incorporou em seu programa a luta por uma paz sem anexação

Somente o proletariado organizado e em luta pode acabar com a guerra na Ucrânia e conquistar uma paz sem anexação

Damos continuidade à publicação de formulações marxista-leninista-trotskista sobre o conteúdo de classe das guerras da época imperialista, do direito à autodeterminação e da paz sem anexação. No jornal *Massas* anterior, publicamos o prefácio do folheto de Trotsky “A Guerra e a Internacional”, de 1914. Selecionamos algumas formulações que aparecem no decorrer do folheto, especialmente sobre a questão da anexação. Agora, editamos a apresentação do documento “O Programa para a Paz”, de 1917, e os tópicos “O que é o programa de paz” e “Status quo ante bellum”.

Seguindo a seleção de formulações fundamentais realizada nas publicações anteriores, destacamos agora as seguintes passagens: 1) *Para o proletariado revolucionário, o programa de paz não expressa as exigências que o militarismo deve fazer, mas aquelas que os trabalhadores revolucionários querem vincular à sua luta contra o militarismo de todos os países. Quanto mais o movimento revolucionário internacional se espalha, mais independentes se tornam os problemas da paz da situação puramente militar, e mais diminui o perigo de que as condições de paz sejam compreendidas pelas massas como objetivos da guerra;* 2) *A independência dos belgas, sérvios, polacos, armênios etc., não é para nós um pedaço do programa da guerra dos Aliados (como para Guesden, Plekhanov, Vandervelde, Henderson etc.), mas está inscrita no programa da luta*

do proletariado internacional contra o imperialismo”; 3) (...) a realização de uma paz sem anexações pressupõe, em todos os casos, um poderoso movimento revolucionário. Mas se a existência de tal movimento é suposta, o programa indicado é miserável em relação ao que poderia ser. O status quo ante bellum (produto das guerras, das anexações, das opressões, do legitimismo, da hipocrisia dos diplomatas e da estupidez dos povos) continua a ser o único conteúdo positivo da palavra de ordem “guerra sem anexações”; 4) “O único sentido verdadeiro da palavra de ordem “sem anexações” leva apenas à declaração contra novas conquistas territoriais, ou seja, à negação do direito dos povos à autodeterminação. Mas vemos que esse famoso direito “democrático sem discussão” é inevitavelmente transformado no direito de as nações fortes dominarem as fracas e fará da Europa um mapa político no qual nações separadas por barreiras alfandegárias se chocarão incessantemente em suas lutas imperialistas. Este estado de coisas só pode ser evitado pela Revolução proletária. O centro de gravidade da questão reside na realização do programa proletário de paz e revolução social”.

Essas formulações de Trotsky separam perfeitamente a utilização que as próprias potências opressoras fazem da bandeira da paz sem anexação da posição programática do proletariado.

O Programa de Paz (Leon Trotsky, novembro de 1917)



NOTA DO EDITOR: “O Programa de Paz” foi originalmente escrito como uma série de artigos por Trotsky em 1915-1916 no jornal internacionalista que ele editava em Paris, *Nashe Slovo*. Em forma revisada, os artigos foram publicados na imprensa bolchevique na Rússia em junho de 1917 e publicados como panfletos. Ele apareceu pela primeira vez de forma abreviada em inglês no volume “A Revolução Proletária na Rússia, por Lênin e Trotsky”, publicado em 1929 sob a direção de Louis C.

Fraina. A presente tradução, igualmente resumida, foi cuidadosamente revisada e baseada na edição soviética final dos escritos de Trotsky naquele período.

Apresentação

O Governo Provisório (segunda versão) declarou que pretendia preservar uma paz sem anexações, sem reparações de guerra e com a garantia do direito à autodeterminação nacional. Para as almas simples, essa fórmula pode parecer uma solução magnânima para a questão, particularmente depois do descaramento im-

perialista de Milyukov. Mas qualquer pessoa familiarizada com as fórmulas anglo-francesas (da empresa Lloyd George-Briand-Ribot) vê esta declaração do Governo Provisório apenas com uma saudável desconfiança. Desde a criação do mundo, nunca as classes dominantes mentiram tanto quanto durante a guerra atual. “Esta guerra é uma guerra travada pela democracia”, “Esta guerra é uma guerra pela paz e pela aliança dos povos”, “Esta guerra será a última guerra”. Sob a máscara dessas palavras de ordem, esconde-se o progressivo envenenamento dos povos, um após o outro. Quanto mais despudorado e cínico for o sentido histórico desta luta imperialista, mais os governos tentam disfarçá-la com fórmulas de efeito. A burguesia norte-americana está envolvida na guerra, defendendo seu sagrado direito de abastecer a Europa com armamentos e se enriquecer com sangue europeu: o que é mais natural para o apóstolo democrático Wilson do que pôr em marcha os corifeus do pacifismo.

Os sociais-patriotas trabalharam arduamente para elaborar fórmulas fortes; esse é, aliás, o seu papel principal no mecanismo desta guerra. Ao propor às massas objetivos como “defesa da pátria”, ou “estabelecimento de arbitragem internacional”, ou “libertação dos povos oprimidos”, o social-patriotismo vincula a solução desses problemas à vitória de seu próprio país. Mobilizou incansavelmente palavras de ordem idealistas em prol dos interesses do capitalismo.

O caráter sem-solução da guerra, a destruição econômica geral, o crescente descontentamento e impaciência das massas (que acabam de ser expressos com um início magnífico: a revolução na Rússia), tudo isso obriga os governantes a procurarem um meio de acabar a guerra.

É claro que o melhor final seria a “vitória decisiva”. Os imperialistas alemães mostram que, sem vitória, o regime está ameaçado. Os nacionalistas franceses fazem a mesma manifestação em relação à França. Mas, quanto mais a guerra se arrasta, menos possível¹ parece uma “vitória decisiva”, mais o humor dos líderes, e de seus auxiliares, os sociais-patriotas, fica sobressaltado. O final da guerra devido a um acordo por exaustão (à custa das pequenas nações), bem como o restabelecimento da Segunda Internacional pelo perdão mútuo das faltas cometidas, é o problema mais espinhoso para a diplomacia social patriota.

Os governantes sentem a necessidade imperiosa da paz. Mas, ao mesmo tempo, temem, porque sabem que, no dia em que as conversas começarem, será também o dia do acerto de contas. É por isso que a diplomacia oficial não vê com desconfiança os social-patriotas que se aventuram sobre o frágil cristal das propostas de paz. É claro que se estabelece uma distância prudencial entre eles e os poderes constituídos em caso de fracasso. Neste teste semi-oficial do terreno está a Conferência “Socialista” em Estocolmo.

A contradição interna desta conferência é mais clara na política do Governo Provisório. Em nome do programa de “paz sem anexações”, Terechenko convence os imperialistas aliados a concordar com um modo de vida honroso, Kerensky, sem esperar pelos frutos dessa conversão, prepara o exército para a ofensiva, e Tsereteli e Skobelev correm para negociações de paz em Estocolmo. Às exortações de Terechenko, o embaixador italiano respondeu com uma declaração de protetorado sobre a Albânia. Ribot repete que uma vitória completa é indispensável, negando-lhes os passaportes aos socialistas convidados a Estocolmo pelos colegas de Ribot. Seja qual for o objetivo com que se leva o programa de “paz sem

anexações” dirigido aos aliados (palavra de ordem ofensiva ou pretexto para conversações de paz), este programa não nos inspira senão uma total desconfiança. Renaudel já explica aos seus patrões (as classes dominantes) que só vai a Estocolmo para descobrir as intenções dos socialistas alemães e convencer os trabalhadores franceses e aliados da necessidade absoluta de continuar a guerra “até ao fim”. Devemos pensar que Scheidemann também tem um plano semelhante. Nada nos garante que a conferência será dedicada às conversações de paz. Evidentemente, também pode ser o meio para acender o fogo mal extinto das paixões chauvinistas. Nestas condições, seria um crime da nossa parte convencer as massas a darem a sua confiança à Conferência de Estocolmo e a desviarem a atenção do único caminho, isto é, o caminho revolucionário, para a paz e a fraternidade dos povos.

A iniciativa de convocar a Conferência está nas mãos do Comitê Executivo dos Conselhos de Delegados Operários e Soldados. Isso dá ao empreendimento uma grande dose de ambiguidade. Não sendo uma organização revolucionária, o Comitê, no entanto, fala em nome das massas profundamente revolucionárias. Ao mesmo tempo, e aproveitando a falta de informação das massas, à frente do Comitê estão os políticos cheios de ceticismo pequeno-burguês e desconfiança em relação ao proletariado e à revolução social.

A Izvestia Sovieta, sob pressão da crítica internacionalista, diz:

Não faria sentido convocar uma conferência de diplomatas socialistas que se sentariam à mesa para refazer o mapa da Europa. Uma tal Conferência não só não daria qualquer resultado positivo, como causaria grandes danos ao dividir os socialistas dos diferentes países, enquanto suas opiniões não ultrapassem os problemas nacionais.

Apenas uma outra Conferência daria frutos, aquela na qual cada um dos grupos participantes sentisse, desde o início, uma unidade do grande exército do trabalho, unidos numa obra comum com esforços comuns.

É assim [conclui Izvestia Sovieta]. Vamos levar a questão ao Comitê Executivo.

Izvestia não considera esta simples circunstância: que o Comitê Executivo está intimamente ligado à diplomacia capitalista russa e, por meio dela, à diplomacia aliada. Declarando-se “em princípio” pela divisão da unidade nacional, o Comitê Executivo se esforça para fortalecer a unidade nacional de seu próprio país. Com tais começos, a Conferência, mesmo que se realizasse, só poderia revelar sua impotência. Seria leviandade e cegueira assumir, perante as massas, a responsabilidade por um empreendimento cuja própria base padece de ambiguidade e falta de princípios.

Para nós, um programa de paz é um programa de luta revolucionária levado a cabo pelo proletariado contra as classes dirigentes. Os socialistas revolucionários formularam os princípios dessa luta em Zimmerwald e Kienthal. Agora, temos menos motivos do que nunca para nos ajoelharmos diante dos “princípios” de Kerensky e Tsereteli. Entramos numa época de poderosas convulsões revolucionárias. As políticas de compromisso e aventureirismo serão rapidamente eliminadas. Marchar à altura do movimento da história só é possível através de um partido que elaborou seu programa e tática sobre o desenvolvimento da luta social e revolucionária mundial, levada adiante, em primeiro lugar, pelo proletariado europeu.

Petrogrado, 25 de maio de 1917

¹ Neste estudo da situação militar não levamos em consideração o papel exercido pelos EUA, cuja intervenção armada provocou a derrota alemã. [Nota de Trotsky à edição de 1922].

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



I Qual é o programa da paz?

Do ponto de vista das classes proprietárias e dos partidos que as servem, é a totalidade das demandas cuja realização foi confiada ao militarismo. Assim, para realizar o programa de Milyukov, é preciso tomar Constantinopla com as armas. Vandervelde pede a saída imediata dos alemães da Bélgica. Em suma, as contas só são resolvidas por meio de operações militares. Em outras palavras, o programa da paz é uma agenda de guerra. Foi assim até a intervenção de uma terceira força, a Internacional Socialista. Para o proletariado revolucionário, o programa de paz não expressa as exigências que o militarismo deve fazer, mas aquelas que os trabalhadores revolucionários querem vincular à sua luta contra o militarismo de todos os países. Quanto mais o movimento revolucionário internacional se espalha, mais independentes se tornam os problemas da paz da situação puramente militar, e mais diminui o perigo de que as condições de paz sejam compreendidas pelas massas como objetivos da guerra.

Isso é o que mais claramente se revela na questão do destino das pequenas nações e dos governos fracos. A guerra começou com a esmagadora agressão alemã contra a Bélgica e o Luxemburgo. Fazendo eco ao trovão produzido pela derrota de um pequeno país, juntamente com a falsa e hipócrita indignação das classes dominantes do outro campo, ouviu-se a ira sincera das massas cuja simpatia é direcionada a um pequeno país esmagado porque está entre dois gigantes.

No início da guerra, o destino da Bélgica trazia a marca de um drama excepcional, mas, trinta e quatro meses de guerra mostraram que este pequeno episódio foi apenas o primeiro no caminho da solução dos problemas envolvidos na guerra imperialista: a submissão dos fracos aos fortes.

No domínio das relações internacionais, o capitalismo aplicou os métodos pelos quais “regulariza” a vida econômica interna das nações. O resultado da concorrência é a eliminação sistemática das pequenas e médias empresas e o triunfo do grande capital. A rivalidade mundial das forças capitalistas significa a submissão sistemática das nações fracas e atrasadas às grandes potências. Quanto mais a técnica se eleva, maior o papel desempenhado pelas finanças e mais nações fracas caem na dependência. Esse processo é realizado sem interrupção em tempos de paz, por meio de empréstimos governamentais, ferrovias e outras concessões, acordos diplomáticos e militares, etc. A guerra revelou e acelerou esse processo, introduzindo nele um fator de violência aberta. Destroí os últimos reflexos da independência dos países fracos, independentemente da solução do conflito.

A Bélgica continua a gemer sob a opressão dos soldados alemães. Mas isso nada mais é do que a expressão exterior, sangrenta e dramática, da destruição de sua independência. A “libertação” da Bélgica não é um problema isolado para os Aliados. Tanto durante a guerra como depois das hostilidades, a Bélgica será apenas um peão no jogo dos gigantes capitalistas. Sem a intervenção da terceira força (a Internacional), a Bélgica permanecerá prisioneira nas garras da Alemanha, ou então será submetida à Inglaterra, ou ainda mais será dividida entre os açougueiros de ambos os campos.

O mesmo se pode dizer da Sérvia, cuja energia nacional tem servido como peso nas balanças imperialistas mundiais, cujas oscilações não dependem de forma alguma dos interesses sérvios.

As Potências Centrais arrastaram a Turquia e a Bulgária para a guerra. Farão parte do bloco imperialista austro-húngaro ou servirão de moeda de troca? Aconteça o que acontecer, o último capítulo da história de sua independência acabou.

Ainda mais típico é o exemplo oferecido pela Pérsia: a liquidação de sua independência foi consagrada pelo acordo anglo-russo de 1907.

A Romênia e a Grécia mostram-nos claramente a liberdade que os trustes dão às pequenas empresas. A Romênia preferiu fazer um gesto de livre escolha, levantando as travas da sua neutralidade. A Grécia esforçou-se passivamente para “ficar na sua”, demonstrando assim toda a hipocrisia da luta “neutralista” pela autodeterminação, todos os exércitos europeus pisotearam o território grego. Na melhor das hipóteses, a liberdade de escolha limita-se a uma forma de auto inatividade. No que diz respeito à Romênia e à Grécia, o mesmo balanço se lhes aplica: ambos os países servem de peões para os grandes jogadores.

No outro extremo da Europa, o pequeno Portugal acreditou que era bom misturar-se nos combates ao lado dos Aliados. A sua decisão poderia parecer incompreensível, se não lembrarmos de que se trata apenas de um território sob protetorado inglês e que a sua liberdade é tão grande como a do governo de Tver ou da Irlanda.

As classes proprietárias dos Países Baixos e dos Estados Escandinavos acumulam montanhas de ouro graças à guerra. Mas a fragilidade da “soberania” dessas nações parece ainda maior, pois, mesmo que sobreviva à guerra, será posta em xeque no grande acerto de contas ao final da guerra.

Uma Polônia “independente” numa Europa imperialista só pode manter uma aparência de independência se estiver sob a cobertura financeira e militar de uma das grandes potências.

A soberania da Suíça depende de seu abastecimento. E os líderes da pequena república, varrendo com chapéu na mão os passos das potências beligerantes, oferecem uma imagem muito clara do que pode significar a neutralidade e a independência de um país que não tem milhões de baionetas.

Se, graças à multiplicação de frentes e participantes, a guerra tornou impossível para qualquer governo especificar seus objetivos de guerra, as pequenas potências têm a vantagem de saber que seu destino é determinado com antecedência. Seja qual for o vencedor, seja qual for o vencido, o retorno das pequenas nações à independência é impossível. A Alemanha vai ganhar? A Inglaterra sairá vitoriosa? Isso só resolve a questão de quem será o dono dos pequenos países. Somente charlatães ou incuráveis podem vincular a liberdade das nações fracas à vitória de um campo ou outro.

Uma terceira saída infinitamente mais provável da guerra será uma saída nula: a ausência de uma clara superioridade em um dos campos beligerantes só serve para revelar a predominância dos fortes sobre os fracos de cada campo e a dos blocos beligerantes sobre as vítimas “neutras” do imperialismo. O fim da guerra sem vencedores ou vencidos não garante nada, nem a ninguém, (os vencidos serão os pequenos Estados, que terão derramado o seu sangue nos campos de batalha, e que terão procurado se proteger à sombra da sua neutralidade).

A independência dos belgas, sérvios, polacos, armênios etc., não é para nós um pedaço do programa da guerra dos Aliados (como para Guesden, Plekhanov, Vandervelde, Henderson etc.), mas está inscrita no programa da luta do proletariado internacional contra o imperialismo.

II “Status quo ante bellum”

Nas condições atuais, pode o proletariado promover o seu “programa de paz”, isto é, a solução, à sua maneira, das questões que engendraram a guerra ou que surgiram no decurso do seu desenvolvimento?

Foi-nos dito que o proletariado carece atualmente de forças para levar a cabo este programa. Seria apenas uma utopia. Mas a questão é diferente, se a luta tiver como objetivo a cessação imediata da guerra e a paz sem anexações, daí o retorno ao estado de coisas anterior às hostilidades. Este é um programa muito mais realista. Estas são as conclusões a que chegaram Martov, Martinov

e outros mencheviques-internacionalistas que, neste ponto, como em outros, adotam visões não revolucionárias, mas conservadoras (não para a revolução social, mas para o restabelecimento da luta de classes, não à Terceira Internacional, mas à Segunda, não para um programa revolucionário de paz, mas a aceitação do status quo ante bellum, não a conquista do poder pelos Conselhos de Operários e Soldados, mas o retorno ao poder dos partidos burgueses). Mas em que sentido se pode falar da “realidade” da luta pelo fim da guerra e da paz sem anexações? Não há dúvida de que a guerra acabará mais cedo ou mais tarde. No sentido de “esperar para ver”, a palavra de ordem de cessação da guerra é, sem dúvida, “realista”, porque é óbvio. Mas, e no sentido revolucionário?... Não é utópico imaginar que o proletariado tenha força suficiente para interromper a guerra contra a vontade dos dirigentes? Por isso, não é necessário rejeitar a palavra de ordem de cessação da guerra? Vamos levar o nosso raciocínio ainda mais longe. Em que condições será feita a cessação da guerra? Aqui, se raciocinarmos teoricamente, três posições típicas são apresentadas: -1) vitória decisiva de um dos dois campos; 2) exaustão geral dos beligerantes, na ausência de uma superioridade esmagadora de um deles; 3) intervenção do proletariado revolucionário interrompendo o desenvolvimento “natural” das hostilidades.

É evidente que, se a guerra terminar com a vitória total de um dos campos, seria ingênuo contar com uma paz sem anexações. Se Scheidemann e Landsberg intervêm no parlamento a favor dessa paz, é devido ao cálculo que esses protestos não impedirão que anexações “benéficas” prossigam. Nosso Generalíssimo, Alexeiev, tratando a paz sem anexações como sendo uma “frase utópica”, concluiu firmemente que o objetivo primário era a ofensiva e que, em caso de sucesso, todo o resto cuidaria de si mesmo. Para arrancar as anexações das mãos do poder vitorioso, armado até os dentes, o proletariado precisará, além da boa vontade, da força revolucionária e da capacidade de colocá-lo em ação. Em nenhum caso, o proletariado teria à sua disposição os meios “econômicos” indispensáveis para fazer renunciar ao botim de que o vencedor se apropriou.

O segundo ponto, em que se baseiam os defensores da “paz sem anexações e sem mais nada”, supõe que a guerra, se não for interrompida pela intervenção do proletariado, esgotando todas as forças dos combatentes, terminará com o enfraquecimento geral, sem vencedores ou vencidos. A esta situação, em que o militarismo se mostra fraco demais para conquistar e o proletariado fraco demais para fazer revolução, os internacionalistas passivos querem aplicar o programa de “paz sem anexações” que formulam como o retorno ao status quo ante bellum. Mas aqui o realismo descobre seu calcanhar de Aquiles. Se a guerra terminar num “empate”, não se excluem as anexações. Pelo contrário, se exige. Se nenhum dos blocos beligerantes triunfar, isso não significa que a Sérvia, Grécia, Bélgica, Polônia, Pérsia, Síria, Armênia etc., permanecerão intactas. Pelo contrário, as anexações serão feitas à custa dos mais fracos. Para evitar esse jogo de “compensações”, é necessário que o proletariado entre diretamente na luta contra os dirigentes. Artigos, comícios, intervenções parlamentares e até manifestações de rua nunca impediram e nunca impedirão governantes (por acordo ou acordos) de fazer conquistas territoriais e oprimir nações fracas.

O terceiro ponto é o mais claro de todos. Propõe que o proletariado internacional se levante com tal força que paralise e pare

a guerra. É evidente que, ao mostrar tanto vigor, não se limitará a um programa puramente conservador. Portanto, a realização de uma paz sem anexações pressupõe, em todos os casos, um poderoso movimento revolucionário. Mas se a existência de tal movimento é suposta, o programa indicado é miserável em relação ao que poderia ser. O status quo ante bellum (produto das guerras, das exações, das opressões, do legitimismo, da hipocrisia dos diplomatas e da estupidez dos povos) continua a ser o único conteúdo positivo da palavra de ordem “guerra sem anexações”.

Na sua luta contra o imperialismo, o proletariado não pode estabelecer como objetivo o regresso ao velho mapa europeu, deve promover o seu próprio programa de relações governamentais e nacionais em resposta às tendências fundamentais do desenvolvimento econômico, ao carácter revolucionário da época e aos interesses socialistas do proletariado.

Isoladamente, a palavra de ordem “sem anexações” não fornece nenhum critério de orientação política para as questões que surgem no curso da guerra. Supondo-se que a França recupere Alsácia Lorena, a social-democracia alemã, seguindo Scheidemann, terá a obrigação de exigir o retorno dessas províncias para Alemanha? Vamos exigir o regresso do Reino da Polônia para a Rússia? Devemos esperar que o Japão devolva Kiao-Cheu... para a Alemanha? A Itália devolverá suas conquistas de Trento? Até como mera suposição, seria pura imbecilidade. Seríamos defensores do legitimismo, isto é, defensores dos direitos dinásticos e “históricos” no mais puro espírito reacionário? Pena que a realização de tal programa exija revolução!

Só podemos avançar o seguinte princípio: pedir a opinião do povo interessado. É evidente que este critério não é absoluto. Assim, os socialistas franceses fazem da questão da Alsácia uma comédia vergonhosa: primeiro ela é ocupada e depois é exigida a anuência da população. É certo que um verdadeiro plebiscito só pode ocorrer em condições revolucionárias, quando a população pode falar livremente, não diante da boca de um revólver, seja francês ou alemão.

O único sentido verdadeiro da palavra de ordem “sem anexações” leva apenas à declaração contra novas conquistas territoriais, ou seja, à negação do direito dos povos à autodeterminação. Mas vemos que esse famoso direito “democrático sem discussão” é inevitavelmente transformado no direito de as nações fortes dominarem as fracas e fará da Europa um mapa político no qual nações separadas por barreiras alfandegárias se chocarão incessantemente em suas lutas imperialistas. Este estado de coisas só pode ser evitado pelo Revolução proletária. O centro de gravidade da questão reside na realização do programa proletário de paz e revolução social.

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

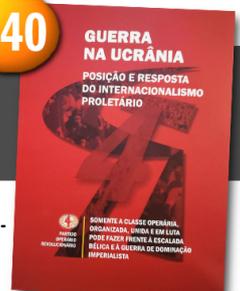
Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

GUERRA NA UCRÂNIA
 POSIÇÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquirá já com o distribuidor do Jornal Massas.



Escute o Massas,
 podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas
 (Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO